

**Ações governamentais para a
recuperação econômica de
Pessoas Jurídicas pós COVID-19
no contexto internacional**
revisão rápida de resultados e impactos



Expediente

Presidente

Betânia Peixoto Lemos

Diretora-Executiva

Natália Teles da Mota

Diretor de Altos Estudos

Alexandre de Ávila Gomide

Diretora de Educação Executiva

Iara Cristina da Silva Alves

Diretor de Desenvolvimento Profissional

Braulio Figueiredo Alves da Silva

Diretora de Inovação

Camila de Castro Barbosa Medeiros

Diretor de Gestão Corporativa

Lincoln Moreira Jorge Junior

Coordenadora-Geral de Avaliação e Organização de Evidências

Tamille Sales Dias

Capa e Diagramação

Equipe EvEx

Imagens

Unsplash

Autoria

Liara Ferreira dos Santos
Victória Evellyn Costa Moraes Sousa
Aline Angela Victoria Ribeiro
Vanessa Terezinha Gubert

É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Para mais informações, consulte nossa página
www.enap.gov.br/pt/servicos/avaliacao-e-organizacao-de-evidencias
ou entre em contato:
evidencia.express@enap.gov.br

O Evidência Express (EvEx) é uma iniciativa da Diretoria de Altos Estudos da Escola Nacional de Administração Pública (Enap) em parceria com a Universidade de Brasília (UnB). A missão do EvEx é gerar evidências para informar a tomada de decisão no setor público.

Para isso, a equipe sintetiza, produz e analisa dados que possam servir de base para o desenho, a implementação, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas.

Os relatórios produzidos pelo EvEx agilizam a produção de conhecimento voltado para desafios públicos, seguindo três premissas fundamentais: engajamento com pessoas gestoras públicas, tempestividade e tradução do conhecimento. Os produtos EvEx podem subsidiar análises *ex ante*, avaliações *ex post* ou Análises de Impacto Regulatório, além de beneficiar gestoras públicas subnacionais, pesquisadoras, docentes, servidoras e demais interessadas da sociedade civil.

Os produtos EvEx podem analisar dados qualitativos e quantitativos, sobre:

- Evolução do problema no Brasil e no mundo;
- Público-alvo de uma política;
- Causas e consequências do problema ou política;
- Soluções existentes para o problema;
- Impactos de intervenções ou políticas públicas.

Projeto financiado pela parceria Enap e Secretaria de Monitoramento e Avaliação do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), no âmbito das avaliações do ciclo 2024 do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Governo Federal (CMAP)

Forma sugerida para referenciar este documento: SANTOS, L. F.; SOUSA, V. E. C. M.; RIBEIRO, A. A. V.; GUBERT, V. T. Ações governamentais para a recuperação econômica de pessoas jurídicas pós Covid-19 no contexto internacional; revisão rápida de resultados e impactos. In: ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Relatório de pesquisa, Evidência Express. Brasília: Enap, 2025. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6939>. Acesso em: dd mmm. aaaa.

Sumário

1	Introdução	6
2	Método	8
2.1	Tipo de estudo	8
2.2	Pergunta de pesquisa	8
2.3	Crítérios de elegibilidade	8
2.4	Busca de informações	9
2.5	Atalhos metodológicos	10
2.6	Seleção, extração e análise dos dados	10
3	Resultados	11
3.1	Características gerais dos estudos	12
3.2	Síntese dos resultados por indicador analisado	19
3.2.1	Resultados sobre a condição financeira geral das empresas e dos setores	19
3.2.2	Resultados sobre a situação do emprego e desemprego	22
4	Considerações Finais	25
	Referências Bibliográficas	27
	Apêndice 1	30
	Apêndice 2	31

Sumário Executivo

Introdução: O Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) foi instituído no Brasil em 3 de maio de 2021, de acordo com a Lei nº 14.148, para compensar os efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia da Covid-19 em setores como eventos, turismo e hotelaria, que sofreram grandes prejuízos por cancelamentos e adiamentos de atividades. O Programa forneceu benefícios fiscais e outras medidas de suporte para pessoas jurídicas, como a renegociação de dívidas. O Perse foi extinto em 2025, através do Ato Declaratório Executivo da Receita Federal do Brasil nº 2/2025, após ter se tornado pública a demonstração do atingimento do limite previsto de R\$ 15 bilhões do benefício fiscal. O objetivo inicial desta revisão rápida era subsidiar a avaliação do Perse; porém, após a identificação da escassez de estudos que avaliassem resultados ou impactos do Programa, a pergunta de pesquisa foi readequada e o objetivo passou a ser identificar evidências sobre os resultados de iniciativas governamentais implementadas no contexto internacional, voltadas à recuperação econômica de pessoas jurídicas após a pandemia de Covid-19, especificamente nos setores de turismo, hotelaria, cultura e serviços.

Pergunta: Quais os resultados e impactos de iniciativas governamentais voltadas à recuperação econômica de pessoas jurídicas após a pandemia de Covid-19 no contexto internacional?

Método: As buscas de estudos foram realizadas em fevereiro e março de 2025, nas bases de dados Google acadêmico, Sciencedirect, Portal ABCD de Buscas Integradas, Portal Periódicos Capes, Jstor, Emerald, 3ie Development Evidence Portal, Lens, EBSCO, Scopus, Web of Science, Scielo, BDTD e repositórios institucionais da FGV, do IPEA, da ENAP e do BNDES. Os processos de busca, seleção e extração de dados dos artigos foram realizados de forma não pareada pelas pesquisadoras envolvidas na elaboração da síntese, e não foi realizada avaliação da qualidade metodológica dos estudos incluídos.

Resultados: De 1303 registros recuperados nas buscas, 19 estudos foram incluídos e os resultados são apresentados em dois agrupamentos: dados sobre a condição financeira geral das empresas e dos setores, e dados sobre a situação do emprego e desemprego. Em termos de abrangência geográfica, os documentos analisaram ações governamentais implementadas em diferentes continentes e países. A Indonésia foi o país mais analisado, seguido da China. A Ásia foi o continente mais representado nas análises, seguida da Europa, América do Sul, América do Norte e Oceania. Identificou-se que as medidas mais eficazes para a recuperação econômica combinaram subsídios diretos, flexibilização fiscal e investimentos em infraestrutura digital. Os resultados indicam ainda que as medidas adotadas tiveram impacto positivo na recuperação dos

setores ao facilitar a continuidade das atividades e auxiliar na manutenção dos empregos. Foi relatada assimetria dos benefícios, de modo que empresas de maior porte obtiveram retornos mais significativos em comparação com as empresas menores.

Conclusão: As ações governamentais implementadas para mitigar os efeitos da crise de Covid-19 apresentaram resultados diversos em relação à condição financeira das empresas e dos setores. A adoção de medidas que combinavam subsídios governamentais e flexibilização fiscal alcançaram resultados positivos na recuperação econômica dos setores. No que diz respeito à situação do emprego e desemprego, a implementação de subsídios salariais, linhas de crédito específicas, auxílios financeiros voltados a cobrir custos operacionais e flexibilizações fiscais foram consideravelmente eficazes na manutenção de empregos, especialmente no setor de turismo. Contudo, a sustentabilidade das medidas governamentais e seus efeitos a longo prazo deve ser considerada e, em termos de retorno de mercado, pode haver mais dúvidas em relação aos impactos positivos de medidas de apoio a funcionários que em relação a medidas direcionadas a empresas.

1. Introdução

O Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) foi instituído em 3 de maio de 2021, de acordo com a Lei nº 14.148, em conjunto com o Programa de Garantia aos Setores Críticos (PGSC), como ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos para compensar os efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia da Covid-19.

Pela necessidade de evitar eventos com aglomerações, os setores relacionados sofreram grandes prejuízos por cancelamentos e adiamentos de atividades, o que afetou toda a cadeia produtiva e os profissionais que tinham tais atividades como fonte de renda direta ou indireta. Só no setor de turismo, a perda estimada pela FGV (2020) foi de R\$ 116,7 bilhões no biênio 2020-2021(1). Em pesquisa feita pelo SEBRAE com empresários da economia criativa entre novembro e dezembro de 2021, 38% relataram ainda ter muita dificuldade para manter seus negócios. Entre fatores que dificultaram o retorno à situação financeira de antes da pandemia, 38% indicaram a falta de clientes e 31% apontaram o aumento de custos (2).

Em conjunto com outras medidas adotadas por entes da federação para mitigar os efeitos socioeconômicos nesse contexto, o Perse foi implementado para auxiliar na sobrevivência e na capacidade econômica para a volta das atividades dos setores de eventos e/ou relacionados a eventos. Em diferentes momentos de sua vigência, o programa beneficiou empresas de variados segmentos, como hotelaria, bares, restaurantes, setor cinematográfico e turismo. Assim, a Receita Federal do Brasil teve o papel de implementar requisitos de adequação do número de contribuintes beneficiados, para fins de equilíbrio entre concessão dos benefícios e os decorrentes impactos fiscais nas contas públicas (3).

Entre as possibilidades do programa estão renegociação e parcelamento de dívidas, mecanismos que auxiliam na obtenção de crédito e isenção de impostos (Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - Contribuição PIS/PASEP, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL e Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ). De acordo com o estabelecido no artigo 4º da Lei 14.148, dados de redução de tributos das pessoas jurídicas consideradas habilitadas pela Receita Federal, extraídos da Declaração de Incentivos, Renúncias, Benefícios e Imunidades de Natureza Tributária (Dirbi), foram relatados para acompanhamento do programa. O relatório divulgado pela Receita Federal do Brasil (RFB) informa que foram reduzidos R\$ 7,1 bilhões em tributos das pessoas jurídicas de abril a outubro de 2024, que correspondem a 47,4% dos valores originalmente autorizados. A renúncia das alíquotas da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) foi a maior no período, equivalente a 39,5%. A maior redução de alíquota foi pelo regime de

recolhimento de tributos por lucro real (51,7%). Já em termos de setor, o de alojamento e alimentação se destacou, favorecido em mais de R\$ 3 bilhões em renúncias, equivalente a 43,5% do total (4).

Dada a tendência de utilização das desonerações do programa apresentada no relatório da RFB desse período, já foi previsto de que o limite de R\$ 15 bilhões para o período de abril de 2024 a dezembro de 2026, estabelecido pela Lei nº 14.859/2024, poderia acabar no primeiro semestre de 2025. O Ato Declaratório Executivo da Receita Federal do Brasil nº 2/2025 (ADE RFB nº 2/2025) tornou pública a demonstração do atingimento do limite previsto e a consequente extinção do benefício fiscal a partir do mês de abril de 2025 (5).

Sendo assim, a concessão de benefícios fiscais foi uma das medidas aplicadas em decorrência da desaceleração econômica imposta pela pandemia de COVID-19, que afetou diretamente a geração de receitas pelas empresas, como um dos mecanismos disponíveis para amenizar os impactos fiscais e financeiros aos contribuintes. É uma medida que pode contribuir para redução das desigualdades regionais, geração de empregos, desenvolvimento local, descentralização econômica e a distribuição mais equitativa de oportunidades. No caso do Perse, a alteração no cenário econômico para um em que não persistem os motivos que ensejaram a criação do benefício fiscal motivou mudanças nessa concessão com objetivo de garantir o retorno gradual de receita nos cofres públicos, como indicado pela promulgação da Lei nº. 14.859/2024, que definiu o teto de R\$ 15 bilhões (3).

A equipe de avaliadores mobilizada pelo Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP), vinculado ao Ministério do Planejamento e Orçamento, foi o grupo demandante dessa síntese, a qual teve como propósito subsidiar a avaliação do PERSE. Em virtude da escassez de evidências sobre os resultados e impactos do Programa, buscaram-se evidências sobre ações, programas governamentais e políticas públicas nacionais semelhantes, mas a escassez de estudos sobre o tema se manteve. Assim, a pergunta foi readequada e foram realizadas novas buscas com o objetivo de identificar evidências sobre os resultados e impactos de iniciativas governamentais internacionais voltadas à recuperação econômica de pessoas jurídicas após a pandemia de Covid-19.

O presente relatório está dividido em uma seção de método, com a apresentação das estratégias utilizadas para a seleção dos artigos; uma seção de resultados, que compreende a síntese dos principais achados, e uma seção de considerações finais. Os apêndices apresentam as estratégias de busca aplicadas às bases de dados, e os textos excluídos e as razões de sua exclusão.

2. Método

2.1 Tipo de estudo

O presente estudo é uma revisão rápida, que é um produto de tradução do conhecimento, desenvolvido através de método sistemático e transparente para acessar, avaliar e sintetizar evidências científicas que possam contribuir para a solução de um problema. Embora não haja um modelo único para esse tipo de documento, todos compartilham a característica de serem elaborados em um curto espaço de tempo. As revisões rápidas consistem em sínteses das melhores evidências disponíveis, apresentadas para abordar um problema prioritário, e são produzidas seguindo rigorosos padrões de metodologia e transparência. Como são destinadas a apoiar a tomada de decisão, as respostas rápidas não incluem recomendações.

2.2 Pergunta de pesquisa

Esta revisão rápida foi conduzida a partir da seguinte pergunta de pesquisa: "Quais os resultados e impactos de iniciativas governamentais voltadas à recuperação econômica de pessoas jurídicas após a pandemia de COVID-19 no contexto internacional?". Este estudo foi estruturado a partir do acrônimo PCC, descrito no quadro abaixo:

Quadro 1: Estrutura da pergunta de pesquisa

Problema (P)	Retomada das atividades pelas empresas e a mitigação das suas perdas causadas pela restrição às atividades presenciais em decorrência das medidas de combate à pandemia de Covid-19
Conceito (C)	Resultados e impactos de programas, políticas públicas ou iniciativas públicas voltadas à recuperação econômica de pessoas jurídicas, similares ao PERSE
Contexto (C)	Setores de eventos, cultura, serviços e hotelaria em outros países (contexto internacional)

2.3 Critérios de elegibilidade

Os critérios incluíram estudos empíricos e descritivos, publicações nacionais ou internacionais; artigos acadêmicos, dissertações, teses, monografias e relatórios técnicos. Foram incluídos estudos que analisavam os resultados ou impactos de programas, políticas públicas ou iniciativas do setor público de outros países, voltadas à recuperação econômica de pessoas jurídicas dos setores de eventos, cultura, serviços ou hotelaria. Foram consideradas as publicações em português, inglês e espanhol, publicadas entre 2020 e 2025.

Foram excluídos estudos teóricos, apenas com recomendações; artigos de opinião; capítulos de livros; resumos de congresso; guias e manuais; livros e capítulos de livro. Além disso, foram excluídos

também estudos cujo foco era apenas os impactos da pandemia nos setores, sem analisar resultados de programas, políticas públicas ou ações governamentais implementadas, voltadas à mitigação das perdas de pessoas jurídicas. Ademais, foram excluídos estudos que não analisavam dados referentes aos setores de interesse ou cujo foco da análise não era o contexto internacional.

2.4 Busca de informações

Inicialmente, foram realizadas buscas a fim de subsidiar a avaliação do Perse, pesquisando por estudos que analisassem resultados e/ou impactos do Programa nas bases de dados Google Acadêmico, Scielo, Periódicos Capes, Portal ABCD de Buscas Integradas, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e nos repositórios institucionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). No entanto, identificou-se uma escassez de estudos que correspondessem a esses critérios. Foram, então, realizadas buscas por evidências relacionadas aos resultados e/ou impactos de outros programas ou ações governamentais similares implementadas no Brasil. As novas buscas também foram realizadas nas bases de dados Google Acadêmico, Scielo, Periódicos Capes, Portal ABCD de Buscas Integradas, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e nos repositórios institucionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Mais uma vez, identificou-se uma escassez de estudos que respondessem à pergunta pesquisa e aos critérios estabelecidos naquele momento.

A pergunta de pesquisa foi então readequada e o foco das buscas passou a ser identificar evidências sobre os resultados de iniciativas governamentais implementadas no contexto internacional, voltadas à recuperação econômica de pessoas jurídicas após a pandemia de COVID-19, especificamente nos setores de turismo, hotelaria, cultura e/ou serviços. Para a identificação dos estudos, foram realizadas buscas sistemáticas nas seguintes bases de dados: Google Acadêmico (até a página 10), Sciencedirect, Portal ABCD de Buscas Integradas, Periódicos Capes, Jstor, Emerald, 3ie Development Evidence Portal, Lens, EBSCO, Scopus, Web of Science, Scielo, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e repositórios institucionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Para a definição da última página incluída no Google Acadêmico foi considerada a identificação de artigos que respondessem à pergunta de pesquisa. Não foram realizadas buscas na base EconPapers, pois essa estava fora do ar no período de realização das buscas desta revisão.

As estratégias de busca foram desenvolvidas com base na combinação de um conjunto de palavras-chave, estruturadas a partir do acrônimo PCC, usando termos específicos da área e suas variações, mapeados na literatura e por especialistas na área, adaptando-os para cada uma das bases consultadas. As estratégias de busca foram desenvolvidas pelas pesquisadoras envolvidas na elaboração desta revisão, em colaboração com a área técnica do Evidência Express.

As buscas foram realizadas em fevereiro e março de 2025. Foram utilizados, em algumas bases

de dados, filtros de data (incluindo apenas documentos publicados a partir de 2020, considerando o início da pandemia de Covid-19). O detalhamento das estratégias utilizadas está apresentado no **Apêndice 1**.

2.5 Atalhos metodológicos

Como é característico de uma revisão rápida, alguns atalhos metodológicos foram adotados. A busca, seleção e extração de dados dos artigos foi realizada por três pesquisadoras individualmente, ou seja, de modo não pareado. Eventuais dúvidas foram resolvidas por meio de consenso entre todas as pesquisadoras e validadas pela coordenação da pesquisa. Não foi realizada avaliação metodológica dos estudos incluídos, bem como da própria revisão rápida.

2.6 Seleção, extração e análise dos dados

Foi utilizado o gerenciador bibliográfico Rayyan QCRI (6) para a triagem pela leitura de títulos e resumos, após a exclusão de duplicatas. O instrumento para extração manual dos dados dos estudos elegíveis foi desenvolvido pelas pesquisadoras em uma planilha online do Excel.

A análise foi conduzida de forma descritiva, sendo extraídas as seguintes informações para cada um dos estudos incluídos:

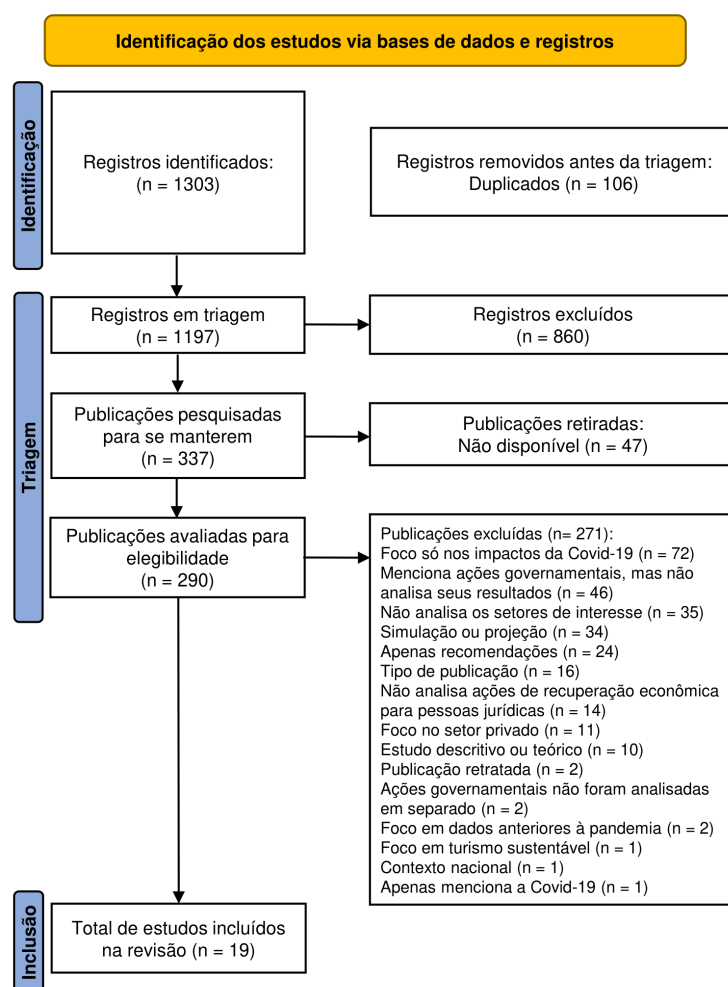
- Características gerais dos estudos: autor e ano, título, objetivo, tipo de documento, desenho dos estudos, metodologia, tipos de dados analisados, fontes dos dados analisados, período ou ano de análise, países incluídos no estudo, conclusões e limitações do estudo;
- Características gerais da ação governamental analisada: tipo e descrição da ação, objetivo da ação, órgão ou ente responsável pela ação, setor ou setores aos quais se destinou a ação, outras informações sobre as ações (como público-alvo, período de vigência das medidas, etc.);
- Condição financeira geral: situação financeira das empresas (por exemplo, se houve melhora), endividamento de empresas (por exemplo, redução do endividamento), mortalidade das empresas, recuperação da atividade econômica nos setores (por exemplo, dados sobre crescimento do setor, aumento da demanda, etc.), recuperação dos setores, outros tipos de resultados relacionados;
- Situação do emprego e/ou desemprego: resultados gerais relacionados ao desemprego/emprego (por exemplo, manutenção do emprego nos setores, redução do desemprego, taxas de contratação, etc.), informalidade nos setores (por exemplo, redução da informalidade, dados sobre trabalhadores informais, etc.), outros tipos de resultados relacionados.

3. Resultados

As buscas resultaram em 1303 registros, considerando publicações entre 2020 e 2025. Esses registros foram exportados para o gerenciador de referências Rayyan QCRI (6) e 106 documentos duplicados foram excluídos. Na triagem, foi realizada a leitura de títulos e resumos de 1197 documentos, sendo selecionados 337 para a leitura na íntegra. Ao final, 19 estudos foram incluídos para a extração de dados. A **Figura 1** ilustra o processo de seleção dos estudos e no **Apêndice 2** estão apresentados os artigos excluídos na etapa de elegibilidade, com as razões de sua exclusão.

Figura 1: Fluxograma PRISMA

PRISMA 2020 Fluxograma para novas revisões sistemáticas que incluam buscas em bases de dados, protocolos e outras fontes



3.1 Características gerais dos estudos

Dos 19 estudos incluídos, cinco são quantitativos, sete são qualitativos e sete adotaram métodos mistos (quantitativos e qualitativos). Em relação ao tipo de documento, todos os estudos incluídos são artigos acadêmicos. Quanto aos tipos de dados analisados, 10 utilizaram somente dados secundários, cinco somente dados primários e quatro estudos analisaram tanto dados primários quanto secundários. Três estudos compararam dados de períodos anteriores à pandemia a dados do período pandêmico e pós-pandêmico. Um estudo analisou dados de até 2024, mas o período mais predominantemente analisado foi entre 2020 e 2021. Quatro estudos não informaram o período dos dados analisados.

Os estudos analisaram os setores de turismo ($n = 9$); hotelaria ($n = 2$); turismo e aviação ($n = 2$); turismo e hotelaria ($n = 1$); turismo; hotelaria e serviços ($n = 1$); cultura ($n = 1$); turismo e serviços ($n = 1$); eventos e entretenimento turístico ($n = 1$); e turismo, hotelaria, serviços e cultura ($n = 1$). Entre as ações governamentais analisadas, há subsídios diretos às empresas, incentivos fiscais, linhas de crédito emergencial, moratórias tributárias, estímulos ao turismo doméstico, entre outros.

Em termos de abrangência geográfica, os documentos analisaram ações governamentais implementadas em diferentes continentes e países. A maioria dos estudos analisou dados de um único país ($n = 12$), com sete estudos examinando dados de mais de um país. A Indonésia foi o país mais analisado, sendo incluída nas análises de sete estudos, seguida da China, abordada em quatro documentos. Dois estudos analisaram dados de países de mais de um continente. Incluindo esses estudos, a Ásia foi o continente mais representado nas análises, com 12 estudos analisando dados de países da região, seguida da Europa ($n = 7$), América do Sul ($n = 2$), América do Norte ($n = 2$) e Oceania ($n = 2$). Um estudo analisou também dados de um país do continente africano.

No **Quadro 2** são apresentadas as principais características dos estudos incluídos.

Quadro 2: Características dos estudos incluídos

Autor e ano	Objetivo do estudo	Região ou país	Setor(es)	Ação ou medida governamental implementada	Resumo dos principais resultados	
					Condição financeira geral	Emprego e desemprego
Banús (2021)	Determinar quais impostos, taxas e encargos que afetam o setor de turismo nos países sul-americanos foram reduzidos/ removidos como uma medida de curto prazo para apoiar o turismo durante a crise da COVID-19.	América do Sul	Turismo e aviação	1) Medidas fiscais (isenções, reduções, adiamentos de impostos). 2) Incentivos financeiros (empréstimos, subsídios, liquidez). 3) Medidas regulatórias (flexibilizações).	A maioria das ações focou em alívio fiscal temporário, sem alterar impostos específicos do turismo (como taxas de embarque). Redução de falências no setor, mas com impacto limitado devido à queda drástica na demanda.	Não menciona.
Biškupec; Herman; Ružić (2022)	Avaliar as medidas macroprudenciais aplicadas em países selecionados, testando sua eficiência no turismo e reduzindo a lacuna de receita no setor turístico durante a crise pandêmica.	Croácia, Grécia, Itália, Chipre, Malta, Portugal e Espanha	Turismo	Alívio da reserva de capital e liquidez; flexibilidade adicional no tratamento de empréstimos não produtivos (NPLs); programa de compras emergenciais; empréstimos de longo prazo em condições favoráveis e flexibilização de garantias; dividendos remanescentes em bancos abaixo de 15% dos lucros acumulados de 2019-20.	Os resultados confirmaram a hipótese de que as ferramentas macroprudenciais afetam positivamente a recuperação econômica em países dependentes do turismo.	Não menciona.
Chan; Chen (2020)	Apresentar um panorama geral do impacto da COVID-19 no setor de viagens e discutir as medidas de estímulo fiscal e vacinas fornecidas pelo governo de Taiwan para garantir a sustentabilidade do setor de turismo em Taiwan desde o início de 2020 até o final de 2021.	Taiwan (China)	Turismo	Medidas de estímulo fiscal: concessão de empréstimos para empresas em dificuldades; subsídios de juros de empréstimo de capital de giro; programa de subvenções salariais; redução de impostos sobre os rendimentos de empresas com fins lucrativos e hotéis que atendam a certas condições; desconto de água e eletricidade; assistência e subvenção concedidas para a educação funcional relacionada com o turismo ou para a formação de transformação; subsídios dos custos operacionais e dos salários de funcionários de agências de viagens; subsídios de impostos sobre o valor de terrenos.	O número de agências de viagens só diminuiu em cerca de 80 e o número de funcionários de agências de viagens só diminuiu em cerca de 11.000, desde o surto da epidemia de COVID-19 (do início de 2020 até o final de 2021). Isso diminuiu o impacto sobre o setor de agências de viagens e permitiu sua sobrevivência.	Não menciona.
Courbet et al. (2024)	Identificar especificamente os efeitos que ações de mitigação tiveram sobre os riscos idiossincráticos das ações de aviação e turismo em dez dos maiores mercados financeiros do mundo.	Austrália, Canadá, China, França, Alemanha, Grã-Bretanha, Itália, Japão, Coreia do Sul, Estados Unidos	Turismo e aviação	Manipulação e implementação de mudanças legislativas para apoiar as empresas; manipulação das taxas de juros e implementação de flexibilização quantitativa; provisão de facilidades de crédito COVID-19; implementação de pacotes de alívio direto e apoios tanto para a aviação quanto para o turismo; criação de programas de assistência ao empregado; extensões de tais pacotes de apoio.	A política fiscal teve impacto significativamente positivo em empresas de aviação além das empresas de turismo, com medianas maiores que 2,17%. Já quanto a política monetária o efeito foi limitado, demonstrando que os estímulos fiscais foram mais eficazes na redução de riscos financeiros durante a pandemia.	A implementação de pacotes de apoio explícitos direcionados especificamente a empresas de aviação e turismo teve um maior impacto na confiança dos investidores quando comparada com programas de assistência a funcionários, que tiveram resposta limitada.

Continuação

Autor e ano	Objetivo do estudo	Região ou país	Setor(es)	Ação ou medida governamental implementada	Resumo dos principais resultados	
					Condição financeira geral	Emprego e desemprego
Firdausy (2023)	Analisar e discutir as iniciativas do governo da Indonésia para reabilitar o setor de turismo no pós-pandemia de COVID-19.	Indonésia	Turismo	Incentivos financeiros: subsídios para negócios turísticos (hotéis, restaurantes) para cobrir custos operacionais durante a pandemia (Programa BPUP); grants para Governos Regionais visando apoiar indústrias turísticas locais; destinação de crédito a regiões com contribuição mínima de 15% do PAD (Receita Regional) proveniente de hotéis/restaurantes; empréstimos subsidiados para PMEs do setor, com foco em hotéis e agências de viagens. Isenções e reduções tributárias: simplificação de códigos tributários para PMEs turísticas em parceria com o Ministério das Finanças. Incentivos para setores criativos: IDR 60 bilhões (2021) para subsídios a segmentos como artesanato, moda e turismo.	Melhorou o fluxo de caixa no curto prazo, evitando falências em massa.	Manteve empregos e permitiu que 70% das PMEs do setor sobrevivessem em 2020-2021.
Georgieva; Fonseca; Bachtler (2020)	Fazer uma análise preliminar sobre o papel das políticas regionais na resposta à crise da COVID-19, com foco na Europa.	Europa	Turismo	Incentivos Financeiros (fundo de solidariedade, empréstimos, garantia de crédito); medidas fiscais (adiamento de impostos e benefício fiscal); investimentos (transição verde, saúde e pesquisa e infraestrutura digital); programas de capacitação (treinamento e requalificação e consultorias); medidas Regulatórias (flexibilização de regras); ações territoriais e setoriais (promoção de turismo doméstico).	Evitou falências em massa no curto prazo. Na Espanha, 60% das PMEs do setor acessaram linhas de crédito garantidas pelo Estado. 45% das empresas do setor usaram os empréstimos para adaptar infraestrutura (ex.: protocolos sanitários).	Requalificação profissional na Espanha: realocar trabalhadores do turismo para agricultura e logística. Resultado: 12% migraram temporariamente para outros setores. Subsídios salariais na Áustria: "Hardship Fund" cobriu até 90% dos salários em empresas turísticas. Resultado: Redução de 40% no desemprego do setor (vs. cenário sem medidas).
Handayani; Widiastuti; Hermawan (2022)	Determinar a potência da colaboração das partes interessadas nas recuperações econômicas pós-COVID 19 em Java Central.	Indonésia	Turismo	Ações de apoio às MPMEs; colaboração entre diferentes atores, como associações de hotéis e comércio, com apoio do governo, para promover a venda direta de produtos artesanais, alimentos locais e fidelizar turistas.	Em geral, todas as instituições parecem contribuir positivamente para o alcance das metas de recuperação econômica estabelecidas, com destaque para a influência da Agência de MPMEs e da Agência de Turismo.	Há concordância entre as partes interessadas do setor sobre os estímulos governamentais de curto prazo oferecidos de cumprimento do objetivo de estabilizar o setor e criar empregos para as comunidades diretamente afetadas, mas há preocupação sobre a recuperação econômica de longo prazo, incluindo alívio da pobreza e meios de subsistência sustentáveis.

Continuação

Autor e ano	Objetivo do estudo	Região ou país	Setor(es)	Ação ou medida governamental implementada	Resumo dos principais resultados	
					Condição financeira geral	Emprego e desemprego
Huynh et al. (2022)	Examinar o impacto holístico da COVID-19 em diferentes setores da indústria do turismo local e explorar os principais fatores/atores que contribuem para a resiliência, empoderamento e recuperação adaptativa do sistema turístico local.	Vietnã	Turismo, hotelaria, serviços e cultura	Apoio a empresas de turismo locais por parte do governo local, através da oferta de empréstimos comerciais prioritários, melhoria da capacidade de negócios das empresas, redução de impostos, um empréstimo com taxa de juros preferencial, isenção de impostos, e redução dos preços da eletricidade e água.	Pacotes de estímulo financeiro podem ser cruciais para a recuperação pós-crise dos setores de turismo, especialmente as pequenas e médias empresas. Porém, é destacado que a retomada sistemática do setor de turismo local só seria possível quando todos os setores do turismo tivessem acesso a apoio financeiro.	Não menciona.
Klaidi et al. (2024)	Ver o impacto da pandemia de Covid-19 no setor do turismo e no crescimento económico. Ao mesmo tempo, o potencial transformador e as implicações para políticas sustentáveis no desenvolvimento do setor do turismo também foram apresentados.	Kosovo	Turismo e serviços	Políticas não especificadas, especialmente para o setor de gastronomia, com flexibilização de impostos por meio de subsídios para salários de funcionários, aluguéis, etc.	Quase 80% dos representantes de empresas entrevistados concordam que alocação de fundos e apoio financeiro para empresas de turismo os ajudaria a recuperar a indústria do turismo mais rapidamente. Já em relação às políticas e alocação de fundos para a recuperação do turismo realmente aplicados, por volta de 70% concordam que foram suficientes.	Não menciona.
Liu; Vivian (2023)	Explorar os fatores que influenciam a resiliência na indústria do turismo antes e depois da pandemia na China.	China	Turismo	Dedução integral do cálculo da renda tributável de dinheiro e itens doados por empresas e pessoas físicas durante a pandemia e outras políticas fiscais preferenciais não especificadas, relacionadas a imposto sobre valor agregado, imposto sobre consumo e impostos de manutenção e construção urbana.	Embora o apoio governamental sempre tenha sido um fator-chave para a sobrevivência das empresas de turismo, recursos organizacionais, respostas organizacionais adequadas, reservas de capital adequadas e uma boa condição financeira também podem aumentar a adaptabilidade e a flexibilidade das empresas e garantir um ambiente favorável para responder a estímulos externos.	Empréstimos sem juros patrocinados pelo governo favoreceram flexibilidade e adoção de práticas sociais positivas que estimularam a criatividade dos funcionários

Continuação

Autor e ano	Objetivo do estudo	Região ou país	Setor(es)	Ação ou medida governamental implementada	Resumo dos principais resultados	
					Condição financeira geral	Emprego e desemprego
Mulyana et al. (2023)	Identificar e analisar a implementação e o impacto de políticas fiscais na resiliência da indústria do turismo.	Indonésia	Turismo, hotelaria, economia criativa e serviços	Isenções de impostos de hotéis e restaurantes por um período. Concessão de fundos/subsídios de estímulo, pelo governo, ao setor de turismo. Subsídios de juros fornecidos a MPMEs nos setores de turismo e hotelaria, oferecendo facilidades de crédito barato. Reestruturação de crédito para o turismo e a economia criativa. Reestruturação de crédito multifinanciamento e leasing para o turismo.	Políticas fiscais relacionadas à redução de impostos centrais ajudaram os contribuintes. Mesmo que os atores empresariais aproveitem as políticas fiscais, isso não traz um impacto na resiliência de seus negócios. O desenho da política fiscal do setor de turismo é aceitável para empresas de médio porte, e não para pequenas e microempresas. Nas entrevistas, os empresários do turismo relataram devido à inovação, e não devido a política fiscal.	Não menciona.
Nataliawati et al. (2022)	Investigar o impacto da implementação de incentivos fiscais no setor de turismo sob a perspectiva pós-pandemia de COVID-19.	Indonésia	Turismo	1) Redução ou isenção do imposto sobre a folha de pagamento para empresas do setor de turismo. 2) Isenção do imposto de renda para PMEs. 3) Redução de 30% no valor das parcelas mensais do imposto estimado sobre lucro.	Estabilização do fluxo de caixa das empresas, que puderam realocar recursos para custos operacionais. Sobrevivência de negócios que estavam temporariamente paralisados.	Contribuição para a redução de demissões em massa, pois as empresas puderam manter empregados sem custos tributários adicionais.
Pairão; Rodrigues; Estêvão (2021)	Compreender as principais medidas implementadas pelo setor público português para apoiar as empresas especializadas na organização de eventos.	Portugal	Eventos e entretenimento turístico	1) Apoio ao Tesouro do Turismo Português. 2) Sistema de linhas de crédito bancário. 3) Formação através do IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional). 4) Lay offs.	Lay-off foi a medida mais adotada pelas empresas (55,4%). Este resultado está alinhado com pesquisas anteriores, que consideram o lay-off um mecanismo que pode ser utilizado para prevenir a falência de empresas.	Redução de demissões em massa, pois as empresas puderam manter empregados sem custos tributários adicionais. Aumento do poder de compra dos trabalhadores, estimulando o consumo interno.
Punzón; Ruiz (2020)	Verificar, a partir de uma perspectiva empírica, a adequação e as perspectivas de diferentes políticas implementadas entre diferentes governos, empresas privadas e partes interessadas, que estão pensando em políticas úteis para fortalecer os destinos.	Espanha, Itália e França	Turismo	1) Adiamento, isenção e redução (de até 50%) de impostos relacionados ao turismo para empresas dos setores de viagens, hospedagem e outras atividades turísticas, como taxas ou encargos (França, Itália e Espanha). 2) Redução de despesas com serviços como água e gás para empresas de turismo (França, Espanha, Itália). 3) Suporte financeiro e auxílio a agências de viagens (França, Itália e Espanha).	Empresas de turismo dos três países relataram que as políticas foram particularmente úteis durante o período de confinamento dos últimos meses, ajudando a reduzir custos fixos, seu principal problema.	Não menciona.

Continuação

Autor e ano	Objetivo do estudo	Região ou país	Setor(es)	Ação ou medida governamental implementada	Resumo dos principais resultados	
					Condição financeira geral	Emprego e desemprego
Romero-Leiton et al. (2025)	Analisar estratégias de recuperação econômica pós-COVID-19, com foco nos setores priorizados e nos grupos demográficos mais afetados particularmente em relação aos impactos socioeconômicos a longo prazo.	Índia, EUA, Austrália, Colômbia, África do Sul, Albânia, Brasil, Canadá, Grécia, Indonésia, Japão, México, Filipinas, Coreia do Sul, Reino Unido, Polónia	Hotelaria	Subsídios diretos, flexibilização fiscal e investimentos em infraestrutura digital.	A combinação de estímulo em turismo nacional e combinação de fatores não apenas enfrenta os desafios imediatos da recuperação, mas estabelece as bases institucionais para um desenvolvimento econômico mais estável e inclusivo no longo prazo.	Não menciona.
Rosyadi et al. (2022)	Analisar a capacidade do governo indonésio de recuperar o setor da economia criativa durante o primeiro ano da pandemia da COVID-19.	Indonésia	Economia criativa (cinema, música e artes performativas)	Medidas políticas de curto prazo de: proteção de negócios, isenção de custos de seguro de saúde e trabalho, alívio fiscal, relaxamento de empréstimos bancários, redução de custos de eletricidade e aluguel, bem como o Programa Intensivo de Trabalho (cujo objetivo era gerar empregos); fornecimento de assistência de incentivo de capital de 24 bilhões de rúpias para seis subsectores da economia criativa (subsectores não especificados).	Opiniões variadas sobre os efeitos dos benefícios, e percepção de que má gestão e interesses externos dificultaram as políticas a proverem a adaptação do setor ao “novo normal”.	Falha do governo em atingir os trabalhadores informais do setor de economia criativa com a estratégia implementada.
Sampeliling; Syaharuddin; Purwadi (2024)	Entender a implementação do PEN (Programa de Recuperação Econômica Nacional) na revitalização da rede de negócios do turismo, especialmente para reviver as visitas de turistas no futuro.	Indonésia	Turismo e hotelaria	Estímulos financeiros aos setores através do PEN (Programa Nacional de Recuperação Econômica). Inclui a participação do governo em empresas estatais na forma de capital, pagamentos de compensação, capital de giro e outros apoios, como a otimização de Bens de Propriedade do Estado (BMN), liquidação de contas, garantias de limite de perdas, diferimento de dividendos, garantias governamentais e pagamento de resgates de terras no Projeto Estratégico Nacional (PSN).	Gastos públicos/governamentais e participação acionária do Estado tiveram um efeito significativo e sistemático sobre o volume de visitas turísticas, contribuindo assim para o objetivo de garantir e melhorar a capacidade econômica da comunidade, especialmente dos empresários.	Não menciona.

Continuação

Autor e ano	Objetivo do estudo	Região ou país	Setor(es)	Ação ou medida governamental implementada	Resumo dos principais resultados	
					Condição financeira geral	Emprego e desemprego
Vanneste; Van Meeteren; Neuts (2024).	Pesquisar como as partes interessadas locais lidam com a pandemia de Covid-19 na prática, tanto no curto prazo quanto em estratégias de recuperação de longo prazo.	Flandres (Bélgica) e Holanda	Turismo	Apoio financeiro: concessão de adiamentos de pagamento de impostos locais; apoio para solicitação de subsídios em níveis superiores de governo). Comunicação: estabelecimento de células de crise e comunicação para traduzir medidas gerais abstratas de governos superiores em realidades práticas para empreendedores locais. Cooperação e colaboração: entre níveis e departamentos governamentais para campanhas de marketing compartilhadas; com regiões vizinhas para marketing cruzado; com partes interessadas/lojistas locais para instigar compras locais; na coleta de dados e pesquisa para visualizar problemas e recuperação.	Países relativamente pequenos, como Bélgica e Holanda, a recuperação a longo prazo precisa vir dos países vizinhos. Ainda, identificou-se desconexão entre as visões dos agentes de gestão de turismo das autoridades públicas, por um lado, e as realidades econômicas dos parceiros privados, por outro. Parece difícil para as autoridades públicas alimentarem o debate com as partes interessadas privadas sobre a questão de se prepararem "para uma recuperação do mercado que pode exigir um produto/serviço diferente daquele necessário em um ambiente competitivo diferente"	Não menciona.
Wu et al. (2021)	Investigar as medidas de alívio, recuperação e revitalização implementadas pelo governo de Taiwan para apoiar o setor de turismo e hospitalidade durante a pandemia de Covid-19.	Taiwan (China)	Hotelaria	Subsídios operacionais para agências de viagens, para negócios de viagens outbound, para negócios de turismo inbound; promoção do desenvolvimento da indústria hoteleira; subsídios para custos operacionais em hotéis; subsídios para operação de negócios de entretenimento e salário de funcionários; subsídios para custos operacionais em negócios de entretenimento; desconto nas contas de eletricidade e água para homestay e B&B. Adiantamento de empréstimos e subsídios de juros. Programa de subsídio salarial dos profissionais da indústria hoteleira; subsídios para operação de agências de viagens e salário de funcionários; subsídios para operação de hotéis e salário de funcionários. Resgate de homestay e B&B doméstico.	Empréstimos a juros baixos permitiram que empresas se adaptassem às novas condições de mercado, evitando falências. Subsídios e auxílios financeiros mantiveram empresas à tona durante o pico da crise. Campanhas para fomentar o turismo doméstico compensaram parcialmente a queda no turismo internacional.	Estimativa de benefício a mais de 180 mil trabalhadores (incluindo funcionários de hotéis, agências de viagens e guias turísticos) devido aos subsídios salariais e operacionais evitaram demissões em massa.

Fonte: Elaboração própria.

3.2 Síntese dos resultados por indicador analisado

Ao todo, foram incluídos 19 estudos que avaliaram os impactos de iniciativas governamentais voltadas à recuperação econômica de pessoas jurídicas para a mitigação dos efeitos da pandemia de Covid-19. Os resultados estão organizados em duas categorias, agrupados de acordo com o foco da análise: dados sobre **condição financeira geral** (das empresas e dos setores) e dados sobre a situação do **emprego e/ou desemprego**. A primeira categoria reuniu resultados de 12 estudos e a segunda, de 9 estudos. A seguir, são descritos os achados de cada tema.

3.2.1 Resultados sobre a condição financeira geral das empresas e dos setores

Os estudos de Banús (2021) (7); Biškupec, Herman e Ružić (2022) (8); Firdausy (2023) (9); Georgieva, Fonseca e Bachtler (2020) (10); Klaiqi et al. (2024) (11); Liu e Vivian (2023) (12); Mulyana et al. (2023) (13); Palrão, Rodrigues e Estêvão (2021) (14); Punzón e Ruíz (2020) (15); Romero-Leiton et al. (2025) (16); Sampeliling, Syaharuddin e Purwadi (2024) (17); e Wu et al. (2021) (18) apresentam resultados sobre ações governamentais que incidiram sobre a condição financeira geral das empresas e dos setores de turismo, cultura, hotelaria e/ou serviços. Quanto à metodologia, três dos estudos abordados nesta seção são quantitativos (8, 16, 17) e um é qualitativo (9). Os oito estudos restantes adotaram metodologia mista (7, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 18). Ao todo, sete documentos incluídos nesta revisão não apresentaram resultados referentes ao tema.

Condição financeira das empresas

Um estudo (8) analisou dados secundários de natureza financeira e econômica, coletados para o período de 2019 a 2021 em base trimestral e estruturados como dados em painel, através da metodologia de teste de causalidade de Granger, modelo PVAR e funções de impulso-resposta. Ao avaliar as medidas macroprudenciais adotadas na Croácia, Grécia, Itália, Chipre, Malta, Portugal e Espanha, os autores identificaram que a falta de receita acabou levando as empresas a recorrerem a empréstimos emergenciais, comprometendo sua sustentabilidade futura. A implementação de alívio da reserva de capital e liquidez, flexibilidade adicional no tratamento de empréstimos não produtivos (NPLs), programa de compras emergenciais, empréstimos de longo prazo em condições favoráveis e flexibilização de garantias; e dividendos remanescentes em bancos abaixo de 15% dos lucros acumulados de 2019-2020. A análise demonstrou que a política macroprudencial diminui a lacuna de receita e, a longo prazo, pode diminuir as perdas no setor turístico.

Em países sulamericanos, um estudo (7) observou que a concessão de crédito contribuiu para o aumento do endividamento, mesmo tendo evitado falências a curto prazo. Já em relação à Taiwan, na China, outro estudo (18) destacou que, ainda que contando com medidas de alívio, as empresas enfrentaram elevados níveis de dívida acumulada, dificultando sua recuperação no período pós-pandêmico.

Entretanto, a redução do endividamento das empresas de turismo foi um desafio, mas algumas políticas mostraram eficácia. Na Indonésia, a implementação de políticas fiscais relacionadas à

redução de impostos ajudou empresas dos setores de turismo, hotelaria e serviços a reduzirem dívidas acumuladas durante o período pandêmico (13). Um estudo analisou a implementação de incentivos financeiros cujo público-alvo era principalmente micro, pequena e média empresas (MPME) também na Indonésia. O estudo identificou que os esquemas de reabilitação pós-COVID-19, fornecendo auxílio financeiro para cobrir custos operacionais (salários, aluguel), incluindo linhas de crédito subsidiadas, permitiram que as empresas se reorganizassem e resgatassem parte de suas receitas (9).

Na Europa, um estudo (10) analisou programas regionais de apoio que envolveram ações como incentivos financeiros, medidas fiscais, investimentos, ações de capacitação, medidas regulatórias e ações territoriais setoriais. Identificou-se que, na Noruega, a promoção de viagens locais com descontos em hospedagem fez com que o turismo doméstico no país atingisse 80% dos níveis pré-pandemia. Já em países como Portugal, Espanha e Grécia, foram criados fundos de emergência para empresas turísticas, que evitaram falências em massa no curto prazo. Na Espanha, 60% das PMEs do setor de turismo acessaram linhas de crédito garantidas pelo Estado.

Na Espanha, Itália e França, um estudo examinou os impactos de medidas de recuperação do turismo adotadas por governos nacionais em colaboração com o setor privado. Identificou-se que a aplicação conjunta de isenções fiscais e incentivos ao turismo doméstico teve um efeito positivo na recuperação da atividade no setor. As empresas de turismo dos três países relataram que as políticas implementadas pelos governos nacionais foram particularmente úteis durante o período de confinamento, ajudando a reduzir custos fixos das empresas, seu principal problema (15).

Condição financeira dos setores

Quanto à recuperação econômica do setor do turismo, uma pesquisa (17) analisou dados quantitativos de variáveis de natureza financeira, representando os componentes do programa de Recuperação Econômica Nacional (PEN) e o volume de visitas turísticas na Indonésia. Foram coletados dados para cinco destinos turísticos populares no país, observados em três períodos distintos: condições normais (2019), pós-pandemia (2020-2021) e “nova normalidade” ou em direção ao status de endemia (2022). A análise utilizou uma abordagem de regressão linear para dados em painel. O estudo identificou que a implementação do PEN contribuiu para a revitalização da rede de negócios do turismo no país, auxiliando no aumento de visitas de turistas e melhorando sua capacidade econômica.

Ainda na Indonésia, outro estudo (13) analisou como a política fiscal contribuiu para a resiliência dos setores de turismo, hotelaria e serviços na Indonésia, especialmente por meio de programas de crédito subsidiado concessão de fundos/subsídios de estímulo, pelo governo, ao setor de turismo. Os autores identificaram que empréstimos a juros baixos permitiram que empresas do setor de hotelaria se adaptassem às novas condições de mercado, evitando falências. Além disso, incentivos ao turismo local (através de vouchers e descontos) levaram a um aumento de 43,99% nas viagens domésticas em janeiro de 2020, compensando parcialmente a queda no turismo internacional.

Um estudo analisou os impactos de medidas incluídas nos planos nacionais de recuperação do

turismo elaborados pelos governos nacionais em colaboração com o setor privado na Espanha, Itália e França. Identificou-se que a aplicação conjunta de isenções fiscais e incentivos ao turismo doméstico teve um efeito positivo na recuperação da atividade no setor. A ajuda financeira recebida foi crucial para evitar falências generalizadas no setor hoteleiro e de turismo (15).

Ainda na Europa, foram analisadas intervenções governamentais implementadas em Kosovo, na forma de redução de impostos e concessão de meio de subsídios específicos, como incentivos fiscais e benefícios financeiros direcionados às empresas dos setores de turismo e serviços, mas especialmente na área de gastronomia, com o objetivo de promover a retomada econômica após a crise. O endividamento das empresas desses setores durante a pandemia se deu devido à queda repentina na demanda, porém tendo que manter suas despesas fixas, mesmo sem receita. Os resultados indicam que as medidas adotadas tiveram impacto positivo na recuperação dos setores, ao facilitar a continuidade das atividades e auxiliar na manutenção dos empregos. Os resultados indicam ainda que essas medidas contribuíram para o aumento do número de turistas ao longo de 2022 (11) .

A análise dos resultados da implementação de medidas fiscais e incentivos financeiros pelos governos federais na América do Sul, voltadas a empresas do setor do turismo, identificou que as medidas envolveram a estruturação de sistemas tributários especiais para reduzir o ônus sobre as empresas de turismo, como a redução ou adiamento dos seus pagamentos; todas essas medidas ajudaram a manter a liquidez das empresas. A maioria das ações focou em alívio fiscal temporário, sem alterar impostos específicos do turismo (como taxas de embarque). Identificou-se que as medidas tiveram como resultado a manutenção de empregos e redução de falências no setor, ainda que com impacto limitado devido à queda drástica na demanda (7).

Uma revisão (16) ofereceu uma visão global da recuperação econômica no setor de hotelaria em diversos países (Índia, Estados Unidos, Austrália, Colômbia, África do Sul, Albânia, Brasil, Canadá, Grécia, Indonésia, Japão, México, Filipinas, Coreia do Sul, Reino Unido, Polônia), com a análise se debruçando sobre um conjunto de estudos publicados entre janeiro de 2020 e maio de 2024, que abordaram estratégias nacionais e/ou locais de recuperação pós-pandemia. Os autores identificaram que as medidas mais eficazes combinaram subsídios diretos, flexibilização fiscal e investimentos em infraestrutura digital. A melhora na situação financeira das empresas no setor foi apoiada por incentivos fiscais por parte do governo não apenas durante a pandemia, mas também após.

Outros tipos de resultados relacionados à condição financeira geral das empresas ou dos setores

Um estudo (14), com foco nos resultados das medidas de recuperação financeira adotadas em Portugal, constatou que apenas 27,9% das empresas do país optaram por não utilizar apoio estatal. Já entre os setores que optaram por utilizar tais mecanismos, destacaram-se o setor de turismo (36,1%) e eventos (35,6%).

Ainda na Europa, outro estudo (10) analisou o papel das políticas regionais na resposta à

crise da COVID-19, demonstrando que a política fiscal teve impacto significativamente positivo em empresas de aviação além das empresas de turismo, com medianas maiores que 2,17%. Quanto à política monetária, o efeito foi limitado, demonstrando que os estímulos fiscais foram mais eficazes na redução de riscos financeiros durante a pandemia.

Já as políticas de liquidez foram mais eficazes em relação a confiança dos investidores, com medianas de 2,87% de impacto positivo a linhas de crédito e 3,89% em pacotes de auxílio. Foi relatado também a assimetria dos benefícios, onde empresas de maior porte obteve retornos mais significativos comparadas as empresas menores. Os autores reforçam que a eficácia das ações governamentais deve ser complementada por condições empresariais sólidas a fim de garantir a sustentabilidade em contextos adversos (12).

3.2.2 Resultados sobre a situação do emprego e desemprego

Os estudos de Chan e Chen (2020) (19), Courbet et al. (2024)(20), Firdausy (2023) (9), Georgieva, Fonseca e Bachtler (2020) (10), Handayani; Widiastuti; Hermawan (2022) (21), Liu e Vivian (2023) (12), Nataliawati et al. (2022) (22), Rosyadi et al. (2022) (23) e Wu et al. (2020) (18) apresentaram resultados sobre ações governamentais que incidiram sobre o emprego e/ou o desemprego nos setores de turismo, cultura, hotelaria e/ou serviços. Dois estudos (19, 20) são quantitativos e sete (9, 10, 21, 12, 22, 23, 18) são de metodologia mista. Os resultados incluem informações sobre redução do desemprego, manutenção do desemprego e redução da informalidade. Ao todo, dez documentos incluídos nesta revisão não apresentaram resultados referentes ao tema.

Manutenção do emprego

Uma análise preliminar transversal sobre o papel das políticas regionais na resposta à crise da COVID-19 na Europa, por meio de questionários e relatórios, estimou que houve uma redução de 40% de desemprego no setor de turismo em comparação com um cenário sem medidas para a política de subsídios salariais da Áustria, o *Hardship Fund*, que utilizou critérios de porte, faturamento anual e queda no faturamento devido à COVID-19 para apoiar empresas (10).

Um estudo (9), ao analisar qualitativamente artigos acadêmicos, documentos oficiais do governo da Indonésia e relatórios de organizações internacionais, estimou que o auxílio financeiro para cobrir custos operacionais (como salários de funcionários e aluguéis) manteve empregos e permitiu que 70% das pequenas e médias empresas do setor de turismo do país sobrevivessem em 2020 e 2021.

Outro estudo (18) encontrou resultados similares em Taiwan (China), a partir da realização de um caso exploratório com dados secundários e entrevistas realizadas com proprietários de hotéis. O pacote de ações implementadas na região, que incluiu medidas de auxílio financeiro para cobrir salários de funcionários de agências de viagens, hotéis, pousadas e empresas de entretenimento, apoio a custos fixos (como aluguel, energia e água) de empresas, incentivos financeiros para pequenos restaurantes adotarem plataformas de delivery e assim reduzirem custos operacionais, flexibilização

fiscal, capacitação profissional e adaptação regulatória. Entre os resultados, identificou-se não só a manutenção de empregos de mais de 180 mil trabalhadores (incluindo funcionários de hotéis, agências de viagens e guias turísticos), mas também a prevenção do fechamento de pequenas e médias empresas do turismo e hotelaria.

Ainda em relação à Taiwan, um estudo de caso com análise estatística examinou séries temporais e dados de volume de turismo, dados financeiros e de receita, dados de emprego, e dados de saúde pública e impacto das medidas governamentais (19). Foram utilizadas estatísticas descritivas, médias comparativas, testes T pareados e a medida Cohen's d, além de análises de tendência para processar e interpretar esses dados. O estudo identificou que os subsídios salariais e as flexibilidades fiscais implementadas contribuíram para a retenção de empregos e ajudaram na modernização da indústria do turismo no país; os autores, entretanto, não apresentam estimativa numérica para esses resultados. A análise global apontou que subsídios diretos, flexibilização fiscal e investimentos em infraestrutura digital como estratégias de recuperação econômica pós-COVID-19, indicam que o auxílio governamental para cobrir salários de funcionários em setores críticos (como turismo e hotelaria) evitou demissões. A estimativa é de preservação de 44 mil empregos em agências de viagens e 90 mil em hotéis em Taiwan.

Outro estudo também analisou políticas para recuperação do setor de turismo da Indonésia, com coleta preliminar de dados por meio de discussões sequenciais em grupos focais e posterior desenho transversal por análise de questionários e relatórios. Os autores concluíram que os estímulos governamentais oferecidos visaram estabilizar o setor e criar empregos para as comunidades diretamente afetadas, mas as instituições que compuseram as partes interessadas nas recuperações econômicas no contexto pós COVID-19 na região de Java Central convergiram na preocupação com conceitos de longo prazo, como o alívio da pobreza e meios de subsistência sustentáveis (21).

Ainda na Indonésia, foi examinado o impacto da implementação de incentivos fiscais no setor de turismo, como a redução ou a isenção do imposto sobre a folha de pagamento, do imposto estimado sobre lucro e a isenção do imposto de renda para PMEs no contexto pós-pandemia de COVID-19. O estudo identificou que essas medidas contribuíram para a redução de demissões em massa, pois as empresas puderam manter empregados sem custos tributários adicionais, o que refletiu também no aumento do poder de compra dos trabalhadores, estimulando o consumo interno. Os autores concluem, assim, que as ações fiscais analisadas cumpriram seu papel emergencial, evitando colapsos generalizados no turismo (22).

Redução da informalidade

Na Indonésia, um estudo avaliou a capacidade do governo nacional em recuperar o setor da economia criativa durante o primeiro ano da pandemia da Covid-19, através da análise de conteúdo de fontes de mídia online e entrevistas com informantes-chave (23). As medidas, implementadas pelo Ministério do Turismo e Economia Criativa, foram identificadas como uma estratégia política de curto prazo e consistiram na proteção de negócios, isenção de custos de seguro de saúde e trabalho, alívio fiscal, relaxamento de empréstimos bancários, redução de custos de eletricidade e aluguel, bem

como o Programa Intensivo de Trabalho (cujo objetivo era gerar empregos). Além disso, o governo também forneceu uma assistência de incentivo de capital de 24 bilhões de rúpias para seis subsetores da economia criativa (os subsetores não foram especificados).

Os autores concluíram que o governo falhou em atingir os trabalhadores do setor de economia criativa com a estratégia implementada. Por ser um setor que se desenvolve principalmente na forma informal, os trabalhadores ficaram especialmente vulneráveis durante a pandemia de COVID-19, pois a maioria deles não estava incluída nos dados do governo como residentes beneficiários. Assim, não seriam afetados por nenhum programa de incentivo emergencial ou esquema de assistência de rede de segurança para sua sobrevivência. Ou seja, mesmo com a tomada de diversas medidas e investimento em respostas para o impacto da pandemia no setor de economia criativa, os resultados em termos de criação de um ambiente propício para uma vida econômica criativa cotidiana, pois 17 subsetores da economia criativa não foram nem mesmo alcançados pelos programas governamentais, mas também a maioria dos grandes programas foi usufruída apenas por alguns atores do setor (23).

Outros tipos de resultados relacionados à situação de emprego ou desemprego

Um estudo analisou os efeitos da legislação governamental sobre as ações das empresas aéreas e de turismo da Croácia, Grécia, Itália, Chipre, Malta, Portugal e Espanha, através de dados quantitativos de natureza financeira e econômica, coletados para o período de 1º de janeiro de 2017 a 31 de julho de 2021. A metodologia se baseou na análise de eventos e em um modelo GARCH (1,1) para investigar os efeitos específicos das políticas e apoios governamentais nos retornos e na volatilidade das empresas de aviação e turismo. Os autores calcularam o logaritmo natural dos retornos ($R_{i,t}$) e desenvolveram um modelo para estimar os retornos anormais (20).

A análise demonstrou que apoios salariais e políticas de licença nos subsetores de turismo nos Estados Unidos apresentaram resultados excepcionalmente positivos e moderadamente significativos, o que indica sucesso relativo ao fornecer assistência por meio de uma política fiscal direcionada. Segundo os autores, essas políticas podem sustentar a demanda e o emprego no curto prazo, mas a eficácia do apoio, a longo prazo, exige que as empresas percebam um retorno crível à lucratividade. Os achados do estudo reforçam também que apoios corporativos tiveram maior efeito em minimizar o medo dos investidores quanto à estabilidade do setor turístico. Além disso, para apoios corporativos, os retornos medianos foram estimados em 2,22%, enquanto, ao considerar os apoios a funcionários, os retornos foram de apenas 0,18% (20).

Por meio de entrevistas semiestruturadas e questionários, um estudo analisou as mudanças em percepções de empresas turísticas na província de Sichuan, na China. Alguns dos entrevistados mencionaram que empréstimos sem juros patrocinados pelo governo possibilitaram a adoção de práticas sociais positivas, que estimularam a criatividade dos funcionários, o que os auxiliou a manter a flexibilidade e a se recuperar mais rapidamente de turbulências. Os autores destacam, porém, que os governos devem passar rapidamente da primeira fase de subsídios à liquidez para o incentivo à recuperação sustentável e à inovação (12).

4. Considerações Finais

O objetivo desta síntese foi identificar evidências que subsidiassem a avaliação do Perse. Para isso, buscou-se inicialmente publicações com relatassem o impacto nacional do Programa. Em virtude da falta desses, buscou-se evidências relacionadas aos resultados de outros programas ou ações governamentais similares implementadas no Brasil. Mais uma vez, identificou-se a escassez de estudos que respondessem à pergunta de pesquisa. Em diálogo com o demandante, a pergunta de pesquisa foi novamente readequada e as buscas identificaram evidências sobre os resultados de iniciativas governamentais implementadas no contexto internacional, voltadas à recuperação econômica de pessoas jurídicas após a pandemia de COVID-19, especificamente nos setores de turismo, hotelaria, cultura e/ou serviços.

Para tanto, foram analisados 19 estudos que discutiam como as ações governamentais implementadas afetaram a condição financeira das empresas, a condição financeira dos setores, a situação do emprego ou a situação do desemprego nos setores. Foram incluídas pesquisas qualitativas, quantitativas e pesquisas que adotaram métodos mistos.

Os estudos incluídos refletiram a diversidade de políticas implementadas de acordo com as prioridades econômicas e contextos locais de cada região ou país. Entretanto, foi observada uma tendência do uso de incentivos financeiros diretos, auxílios salariais, apoio ao turismo doméstico e reestruturação do crédito.

As ações governamentais implementadas para mitigar os efeitos da crise de COVID-19 apresentaram resultados diversos em relação à condição financeira das empresas. A melhora na condição financeira de empresas do setor hoteleiro, em alguns locais, foi resultado da adoção de incentivos fiscais contínuos, sistemas tributários especiais ou ainda subsídios para cobrir os custos operacionais de empresas (como água e eletricidade). Essas medidas ajudaram a manter a liquidez das empresas, permitindo também sua reorganização financeira ou ainda a recuperação, mesmo que parcial, das suas receitas.

Em alguns locais, como em países sul-americanos e em Taiwan (China), a concessão de crédito pelos governos e a instituição de medidas de alívio variadas evitaram falências a curto prazo, porém, também contribuíram para o aumento do endividamento das empresas, o que pode ter dificultado a sua recuperação no momento pós-pandemia. Por outro lado, a adoção de políticas fiscais como a redução de impostos em locais como a Indonésia, por exemplo, para empresas dos setores de turismo, hotelaria e serviços permitiram que essas empresas reduzissem seu endividamento. Políticas como a concessão de empréstimos a juros baixos a empresas dos setores também permitiram que elas se adaptassem ao

contexto pandêmico, evitando falências.

Na Europa, onde foram implementados programas locais de apoio, como a adoção de medidas fiscais e incentivos financeiros pelos governos, os estudos indicam, em sua maioria, resultados positivos. Em Portugal, na Espanha e na Grécia, a criação de fundos de emergência evitou a falência em massa, no curto prazo, de pequenas e médias empresas dos setores.

Quanto à condição financeira dos setores, as ações governamentais adotadas tinham o objetivo de mitigar as perdas e os impactos da COVID-19, além de promover a retomada econômica dos setores. A adoção de medidas que combinavam subsídios governamentais e flexibilização fiscal alcançaram resultados positivos na recuperação econômica dos setores. Na Indonésia, é possível notar que as medidas fiscais adotadas pelo governo foram importantes para a resiliência dos setores de turismo, hotelaria e serviços. No Reino Unido e na Noruega, o estímulo governamental ao turismo doméstico contribuiu para a recuperação do setor, assim como na França, Itália e Espanha, onde a combinação do incentivo ao turismo e isenções fiscais demonstrou um efeito positivo na recuperação da atividade dos setores. Ainda na Europa, em Kosovo, a redução de impostos e a concessão de subsídios, especialmente para empresas no ramo de gastronomia, geraram impactos positivos na recuperação dos setores de serviços e turismo.

A manutenção de empregos nas indústrias do turismo, hoteleira, cultural e de serviços foi um dos problemas mais desafiadores que os governos enfrentaram durante e após a pandemia de COVID-19. No que diz respeito à situação do emprego e desemprego, os resultados apresentados nos estudos indicam que as intervenções governamentais, sobretudo a implementação de subsídios salariais, linhas de crédito específicas, auxílios financeiros voltados a cobrir custos operacionais e flexibilizações fiscais, foram consideravelmente eficazes na manutenção de empregos, especialmente no setor de turismo, durante a pandemia de COVID-19 e no contexto pós-pandêmico. Em Taiwan, por exemplo, estimou-se que essas medidas evitaram a perda de empregos em agências de viagens e hotéis. O suporte dos governos para cobrir salários em setores como turismo e hotelaria também se mostrou uma medida eficaz para evitar demissões em diferentes países.

Um ponto a ser considerado, contudo, é a sustentabilidade dessas medidas governamentais e seus efeitos a longo prazo. Medidas como subsídios salariais podem ser eficientes para lidar com as demandas das pessoas jurídicas e, conseqüentemente, manter a empregabilidade dos setores estável. Entretanto, mencionou-se que a eficácia dessas medidas a longo prazo depende da percepção, por parte das empresas, de um retorno crível à lucratividade. Além disso, observou-se também que os apoios direcionados às empresas obtiveram um efeito mais pronunciado na mitigação do receio dos investidores do setor turístico em comparação com os apoios governamentais diretos a funcionários. Ou seja, em termos de retorno de mercado, pode haver dúvidas em relação aos impactos positivos desse tipo de medida.

Os resultados desta síntese sugerem que, ao mesmo tempo em que a adoção de medidas governamentais emergenciais tenha sido importante para a sobrevivência dos setores de serviços,

cultura, hotelaria e turismo, que foram duramente afetados pela pandemia, sua recuperação econômica duradoura e efetiva depende de uma série de fatores. De modo geral, analisando o conjunto de estudos incluídos nesta revisão, percebe-se um panorama complexo no que diz respeito aos resultados das ações governamentais implementadas para a recuperação econômica pós-pandemia.

Em síntese, embora algumas estratégias tenham demonstrado capacidade de mitigar os impactos negativos da crise instaurada pela COVID-19, os efeitos a médio e longo prazo podem ser heterogêneos e estar condicionados a múltiplos fatores. Assim, a eficácia dessas intervenções pode estar relacionada não apenas ao tipo de auxílio ou medida elaborada, mas também a questões como o contexto socioeconômico local, por exemplo. Além disso, a sustentabilidade econômica das medidas emergenciais implementadas no período analisado e a transição para uma recuperação econômica efetiva são pontos a serem considerados. Ademais, é importante mencionar a ausência de evidências robustas em relação ao tema aqui analisado, no que diz respeito aos estudos incluídos nesta revisão.

Referências Bibliográficas

- 1 FGV. *Impacto Econômico do COVID-19: Propostas para o Turismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV Projetos. Disponível em: <https://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/01.covid19_impactoeconomico_v09_compressed_1.pdf>. Citado na página 6.
- 2 SEBRAE. *O impacto da pandemia do coronavírus nos pequenos negócios*. 13a edição. ed. Unidade de Gestão Estratégica do Sebrae Nacional. Disponível em: <[https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/d479c8cbe9240a25fbfc3e9f00edda84/\\$File/31055.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/d479c8cbe9240a25fbfc3e9f00edda84/$File/31055.pdf)>. Citado na página 6.
- 3 MAGALHÃES, G. *A não cumulatividade de benefício fiscal por empresas tributadas pela sistemática do Simples Nacional: uma análise crítica à luz do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <<https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/24574/1/GAMagalh>>. Citado 2 vezes nas páginas 6 e 7.
- 4 BRASIL. *Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal. Nota Cocad/Suara/RFB nº 206, de 17 de dezembro de 2024. Relatórios de acompanhamento do Perse - Posição Outubro 2024*. Disponível em: <<https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios/perse/relatorio-de-acompanhamento-do-perse-out2024-e-anexos-v3.pdf>>. Citado na página 7.
- 5 BRASIL. *Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal. Ato Declaratório Executivo RFB no 2, de 21 de março de 2025*. Disponível em: <<https://normasinternet2.receita.fazenda.gov.br/#/consulta/externa/143375>>. Citado na página 7.
- 6 OUZZANI, M. Rayyan - a web and mobile app for systematic reviews. *Systematic reviews*, v. 5, p. 1–10. Disponível em: <<https://systematicreviewsjournal.biomedcentral.com/articles/10.1186/s13643-016-0384-4>>. Citado 2 vezes nas páginas 10 e 11.
- 7 BANÚS, S. Specifics of the tax system to support tourism before and during the covid-19 pandemic: Evidence from south american countries. *SHS Web of Conf*, v. 91, p. 01016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1051/shsconf/20219201016>>. Citado 2 vezes nas páginas 19 e 21.
- 8 BIŠKUPEC, P.; HERMAN, S.; RUŽIC, I. The macroprudential measures for mitigating the effects of the pandemic crisis in tourism economies. *Business, management and economics engineering*, v. 20, n. 1, p. 79–95. Disponível em: <<https://www.ceeol.com/search/article-detail?id=1067211>>. Citado na página 19.
- 9 FIRDAUSY, C. Rehabilitating the tourism sector post covid-19 pandemic: lesson learnt from indonesia. *International Journal of Tourism Policy*, v. 13, n. 4, p. 287–299. Disponível em: <<https://doi.org/10.1504/IJTP.2023.132226>>. Citado 3 vezes nas páginas 19, 20 e 22.
- 10 GEORGIEVA, N.; FONSECA, L.; BACHTLER, J. *Regional Policy in Times of COVID-19*. Glasgow: University of Strathclyde, 2020. Disponível em: <<https://strathprints.strath.ac.uk/76401/>>. Citado 4 vezes nas páginas 19, 20, 21 e 22.

- 11 KLAIQI, S. et al. The interplay of the covid-19 pandemic: Analyzing the dual impacts on tourism dynamics and economic growth. *Multidisciplinary Science Journal*, v. 6, n. 8, p. 2023138–2023138. Disponível em: <<https://malque.pub/ojs/index.php/msj/article/view/2131>>. Citado 2 vezes nas páginas 19 e 21.
- 12 LIU, Z.; VIVIAN, V. Tourism enterprises' resilience influencing factors in the face of covid-19 in sichuan province, china. *E3S Web Conf*, v. 409, p. 06005. Disponível em: <https://www.e3s-conferences.org/articles/e3sconf/abs/2023/46/e3sconf_icmsem2023_06005/e3sconf_icmsem2023_06005.html>. Citado 3 vezes nas páginas 19, 22 e 24.
- 13 MULYANA, A. et al. Fiscal policy and resilience of the tourism industry against the covid-19 pandemic. *Riset Akuntansi dan Keuangan Indonesia*, v. 8, n. 2, p. 176–187. Disponível em: <<https://journals2.ums.ac.id/reaksi/article/view/2390>>. Citado 2 vezes nas páginas 19 e 20.
- 14 PALRÃO, T.; RODRIGUES, R.; ESTÊVÃO, J. The role of the public sector in the aftermath of the covid-19 pandemic crisis: The case of portuguese events' industry. *Journal of Convention Event Tourism*, v. 22, n.5, p. 407–428. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15470148.2021.1904077>>. Citado 2 vezes nas páginas 19 e 21.
- 15 PUNZON, J.; PASTOR, R. How effective are the covid-19 fiscal-support and restarting-tourism policies taken by the top 3 european destinations? *Journal of Tourismology*, v. 6, n. 2, p. 241–248. Disponível em: <<https://dergipark.org.tr/en/pub/iuturizmoloji/issue/57255/841311>>. Citado 3 vezes nas páginas 19, 20 e 21.
- 16 ROMERO, J. et al. Resilience after covid-19: A global review of recovery strategies and their impact on demographic and economic sectors. *Problemy Ekorozwoju*, v. 20, n. 1, p. 74–95. Disponível em: <<https://ph.pollub.pl/index.php/preko/article/view/6754>>. Citado 2 vezes nas páginas 19 e 21.
- 17 SAMPELILING, A. Financial regulatory intervention in encouraging the tourism industry-portrait of the top 5 popular destinations in indonesia. *International Journal of Sustainable Development Planning*, v. 19, n. 6. Disponível em: <<https://doi.org/10.18280/ijstdp.190632>>. Citado 2 vezes nas páginas 19 e 20.
- 18 WU, L. et al. Relief, recovery, and revitalization measures for tourism and hospitality industry during covid-19 pandemic: case study from taiwan. *Sage Open*, v. 11, n. 3. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/21582440211040805>>. Citado 2 vezes nas páginas 19 e 22.
- 19 CHAN, C.; CHEN, H. Impact of covid-19 on the tourism industry in taiwan. *Sustainability*, v. 14, n. 8, p. 4864. Disponível em: <<https://doi.org/10.3390/su14084864>>. Citado 2 vezes nas páginas 22 e 23.
- 20 CORBET, S. et al. Did covid-19 tourism sector supports alleviate investor fear? *Annals of Tourism Research*, v. 95, p. 103434. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.annals.2022.103434>>. Citado 2 vezes nas páginas 22 e 24.
- 21 HANDAYANI, A.; WIDIASTUTI, W.; HERMAWAN, A. The tourism sector stakeholder collaboration role in post-covid-19 economic recovery of central java, indonesia. *Journal of Resilient Economies*, v. 2, n. 1, p. 25–37. Disponível em: <<https://search.informit.org/doi/abs/10.3316/informit.946810133484831>>. Citado 2 vezes nas páginas 22 e 23.

- 22 NATALIAWATI, R. et al. Tax incentives to reinstate tourism post the covid-19 pandemic. *KnE Social Sciences*, p. 134–145. Disponível em: <<https://kneopen.com/KnE-Social/article/view/11216/>>. Citado 2 vezes nas páginas 22 e 23.
- 23 ROSYADI, S. et al. The indonesian government capacity in responding to the covid-19 impacts on the creative economy sector. *Sage Open*, v. 12, n. 2, p. 21582440221105820. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/21582440221105820>>. Citado 3 vezes nas páginas 22, 23 e 24.

Apêndice 1

Tabela A1: Base de dados, estratégia de busca e achados recuperados

Base	Data	Estratégia	Filtros	Resultado
Google Acadêmico (até a página 10)	13/03/2025	("events sector"OR "events industry" OR "tourism sector"OR "tourism industry" OR "touristic sector" OR "touristic industry" OR "culture sector" OR "culture industry") AND "economic recovery"AND (COVID-19) AND ("government program" OR "public policy"OR "government measure" OR "government response") AND (result OR outcome)	Data: a partir de 2020	100
ABCD Portal de Busca Integrada	13/03/2025	("events sector"OR "events industry"OR "tourism sector"OR "tourism industry"OR "touristic sector"OR "touristic industry"OR "culture sector"OR "culture industry") AND "economic recovery"AND COVID-19 AND (incentives OR benefits) AND ("government program"OR "public policy"OR "government measure"OR "government response") AND (result OR outcome) NOT green	Data: a partir de 2020	253
JStor	13/03/2025	(events OR tourism OR culture OR touristic) AND "economic recovery"AND (COVID-19) AND (incentive OR benefit) AND (government OR "public policy") AND macroeconomic AND (result OR outcome)	Data: a partir de 2020	159
Emerald	13/03/2025	((events OR tourism OR culture OR touristic) AND (sector OR industry)) AND "economic recovery"AND (COVID-19) AND macroeconomic AND (incentives OR benefits) AND ("government program" OR "public policy"OR "government measure" OR "government response") AND (result OR outcome)	Data: a partir de 2020	208
3ie	13/03/2025	(pandemic OR COVID-19) AND (government OR policy) AND economic	Data: a partir de 2020	40
EBSCO	13/03/2025	(pandemic OR COVID-19) AND "economic recovery"AND ("government program" OR "public policy"OR "government measure" OR "government response") AND result	Data: a partir de 2020	2
Web of Science	13/03/2025	(pandemic OR COVID-19) AND "economic recovery"AND government AND result	Sem filtro	0
BNDES	13/03/2025	pandemic OR COVID-19 AND "economic recovery"	Sem filtro	0
Scielo	13/03/2025	COVID-19 AND ("government program" OR "public policy"OR "government measure" OR "government response") AND economic AND (result OR outcome) AND policy	Sem filtro	0

(Continua)

Tabela A1: Base de dados, estratégia de busca e achados recuperados

Base	Data	Estratégia	Filtros	Resultado
Scopus	14/03/2025	(ALL((government OR "public policy")) AND TITLE-ABS-KEY((COVID-19 or pandemic)) AND ALL(("events sector"OR "events industry"OR "tourism sector"OR "tourism industry"OR "touristic sector"OR "touristic industry"OR "culture sector"OR "culture industry"))) AND ALL(("economic recovery"OR "tax incentives"OR "tax benefits"OR "fiscal incentives"OR "fiscal benefits"OR "fiscal policy support"OR "tax exemption"OR "tax relief"OR "tax exemption")))	Data: de 2020 a 2025	164
Science Direct	18/03/2025	"economic recovery"AND COVID-19 AND ("government program" OR "public policy") AND (results OR outcome)	Year: 2020-2025, Title, abstract, keywords: (events OR tourism OR touristic OR cultural OR culture)	86
Lens	18/03/2025	("events sector"OR "tourism sector"OR "touristic sector"OR "culture sector") AND ("economic recovery"OR "tax incentives"OR "tax benefits"OR "fiscal incentives"OR "fiscal benefits"OR "fiscal policy support"OR "tax exemption"OR "tax relief"OR "tax exemption") AND (COVID-19 OR pandemic) AND ("government program"OR "public policy"OR "government measure"OR "government response") AND (results OR outcome)	Data de publicação: de 2020 a 2025	34
Repositório FGV	18/03/2025	(events OR tourism OR touristic OR culture OR cultural) AND ("economic recovery"OR "tax incentives"OR "tax benefits"OR "fiscal incentives"OR "fiscal benefits"OR "fiscal policy support"OR "tax exemption"OR "tax relief"OR "tax exemption") AND (COVID-19 OR pandemic) AND ("government program" OR "public policy"OR "government measure" OR "government response") AND (results OR outcome)	Data: 2020-2025	52
Repositório ENAP	18/03/2025	(events OR tourism OR touristic OR culture OR cultural) AND ("economic recovery"OR "tax incentives"OR "tax benefits"OR "fiscal incentives"OR "fiscal benefits"OR "fiscal policy support"OR "tax exemption"OR "tax relief"OR "tax exemption") AND (COVID-19 OR pandemic) AND ("government program" OR "public policy"OR "government measure" OR "government response") AND (results OR outcome)	Sem filtro	11
Repositório Ipea	18/03/2025	(events OR tourism OR touristic OR culture OR cultural) AND ("economic recovery"OR "tax incentives"OR "tax benefits"OR "fiscal incentives"OR "fiscal benefits"OR "fiscal policy support"OR "tax exemption"OR "tax relief"OR "tax exemption") AND COVID-19 AND (government OR policy)	Data: publicado em 2020 e após	62
BDTD	18/03/2025	(events OR tourism OR touristic OR culture OR cultural) AND ("economic recovery"OR "tax incentives"OR "tax benefits"OR "fiscal incentives"OR "fiscal benefits"OR "fiscal policy support"OR "tax exemption"OR "tax relief"OR "tax exemption") AND (COVID-19 OR pandemic)	Sem filtro	7
Portal Periódicos Capes	19/03/2025	("events sector"OR "events industry"OR "tourism sector"OR "tourism industry"OR "touristic sector"OR "touristic industry"OR "culture sector"OR "culture industry") AND (government OR "public policy") AND (COVID-19 OR pandemic) AND ("economic recovery"OR tax OR fiscal)	Data: 2020-2025	125
Total				1303

Fonte: elaborado pelos autores.

Apêndice 2

Tabela 4.1: Artigos excluídos por motivo de exclusão

Nº	Referência
Texto completo indisponível e/ou inacessível	
1	Abueg, L.C.; Acejo, I.L. (2024). Revisiting Resiliency and Sustainability of the Tourism and Built Environment Nexus: Macroeconomic and Microlevel Evidence From the Philippines Toward the “Next Normal”.
2	Aisin, M.Z. et al. (2022). Financial and Administrative Measures for the Development of Tourism after COVID-19.
3	Ali, J. et al. (2022). The COVID-19 Pandemic: Conceptual Framework for the Global Economic Impacts and Recovery.
4	Amlus, M.H.A. et al. (2021). The impact of tourism performance on sports industry in Thailand and Indonesia.
5	Anguera-Torrell, O.; Aznar-Alarcón, J.P.; Vives-Perez, J. (2021). COVID-19: hotel industry response to the pandemic evolution and to the public sector economic measures.
6	Asekomeh, A.; Azubuike, S.I.; Gershon, O. (2022). Post-COVID-19 and African Agenda for a Green Recovery: Lessons from the European Union and the United States of America.
7	Aduhene, D.T.; Osei-Assibey, E. (2021). Socio-economic impact of COVID-19 on Ghana’s economy: challenges and prospects.
8	Binns, D. (2023). Indonesia: Covid-19 and domestic politics.
9	Cappellin, R. (2023). The COVID Crisis and a New Industrial Strategy for Europe.
10	Chen, Y.; Zhang, D.; Ji, Q. (2022). Impacts of regional cooperation agreements on international tourism: Evidence from a quasi-natural experiment.
11	Chen, J.J. et al. (2023). Tax deduction or financial subsidy during crisis?
12	Clark, C. (2022). Scenario planning as a tool to manage tourism uncertainties during the era of COVID-19: a case study of Arizona, USA.

(Continua)

Continuação da Tabela 4.1

Nº	Referência
13	Dhingra, K.; Sardana, K.D. (2024). Deterrents to Digital Sustainability in MSMEs.
14	Dunyo, S.K.; Sarntisart, S. (2024). The impact of COVID-19 pandemic on the Thai economy and the effectiveness of monetary policy: A Bayesian DSGE model approach.
15	Gomez-Valencia, M. et al. (2022). Looking Back to Look Forward: Learnings from the Past to Achieve Sustainable Recovery after Upcoming Global Crises.
16	Ha, L.T. (2023). The role of digital public services in promoting international tourism: empirical evidence from European regions.
17	Hendrati, M.I. et al. (2024). Strategy For Developing Planning For Post-Covid-19 SME Economic Recovery: Evidence From Indonesia.
18	Ishino, Y.; Hideto, N. (2023). Estimated Economic Ripple Effects of Closed-Type Tourism Promotion Measures.
19	Jia, Y. et al. (2022). A new PASS approach for tourism policymaking against COVID-19: learning from China's experiences at early stages of the pandemic.
20	Juarez-Rojas, L. et al. (2023). Effectiveness of Policies in Recovering the Tourist Industry After COVID-19: A Benchmark Comparison of the Ten Most Visited Countries.
21	Kajla, T.; Raj, S.; Bhardwaj, A.K. (2024). Impact of COVID-19 on the Hospitality Industry: Thematic Analysis of Global Tweets.
22	Khan, H.U. (2021). Impacts of COVID-19 on the Economy of Pakistan.
23	Liang, C.; Liu, B.; Chan, H.K. (2022). Policy-oriented restart of supply and demand after COVID-19: firm-level evidence for China.
24	Nguyen, D.N. (2024). The 2019 Rugby World Cup and Economic Impacts on Hotels Recovering from Disasters.
25	Nyikadzino, T.; Mataire, N. (2022). Zimbabwe's COVID-19 Response: Insights for Post-Pandemic Responsible Management and Reinvigorating Public Trust.
26	Olaoye, O.; Al-Faryan, M.A.S.; Tabash, M.I. (2024). Fiscal policy and sustainable development in sub-Saharan Africa: unveiling the role of information and communication technology (ICT).
27	Ortenzi, G.P. (2023). Análise das estratégias de retomada econômica pós pandemia covid-19.
28	Rudy; Ali, C. (2023). Public Health or Economic Recovery: Regulatory Choice Against COVID-19 in Indonesia.

(Continua)

Continuação da Tabela 4.1

Nº	Referência
29	Owusu, V. (2023). The Effects of the COVID-19 Pandemic on Small-Scale Hospitality and Tourism Businesses in Coastal Communities in Ghana.
30	Sankaran, P.N. (2022). Post-COVID Economic Recovery and Social Enterprises in India: An MSME Perspective.
31	Sastri, R. et al. (2025). Recovery time of the hotel and restaurant sector in Indonesia after COVID-19 crisis: a survival analysis.
32	Sengel, Ü. et al. (2022). Fiscal and monetary policies supporting the tourism industry during COVID-19.
33	Oxford Analytica (2020). Prospects for African economies to end-2020.
34	Oxford Analytica (2023). Mexico's tourism progress faces obstacles.
35	Shi, L. (2022). Heterogeneity in the Effect of COVID-19 Mortgage Forbearance: Evidence from Large Bank Servicers.
36	Subedi, S.; Kubickova, M. (2023). Effect of COVID-19 on hotel performance: role of government.
37	Subedi, S.; Kubickova, M. (2023). The Impact of Government Policies on Hotel Performance During the COVID-19 Pandemic: The Case of Caribbean Countries.
38	Sujood; Hamid, S.; Bano, N. (2022). Coronavirus: choking global and Indian tourism economy and leaving industry on the ventilator.
39	Suryani, W.; Muafi (2024). Identification of Strategic Elements of the Post Covid-19 Tourism Industry: A Case Study on Tourism in North Sumatra Province.
40	Teo, W. et al. (2025). Tourism leadership behaviour at times of crisis: a Malaysian's perspective during the COVID-19 pandemic and the way forward for sustainable policies.
41	The Banker (2021). Can Spain recover from hit to tourism?
42	Tjong, F.; Goh, E.; Wilk, V. (2025). Crisis planning intentions among hotel managers: what have we learned from the COVID-19 pandemic?
43	Trono, A.; Castronuovo, V. (2022). Reorganisation of Businesses and Processes, and the Development of Policies to Safely Emerge from the Covid-19 Pandemic in Italy.
44	Tsvetkova, L. (2023). Navigating the New Normal: The Impact of COVID-19 on China's Tourism Industry.
45	Wang, X. (2022). How does heritage drive the recovery of tourism economy after COVID-19 in Thailand: A content analysis perspective.

(Continua)

Continuação da Tabela 4.1

Nº	Referência
46	Wood, J. et al. (2023). The Role of the Belt and Road Initiative in Driving Tourism in the Post COVID-19 Era.
47	Zhao, Z. et al. (2024). Impact of COVID-19 on the quantity of visitation to leisure tourism facilities in China: cases of Beijing, Shanghai, and Qingdao.
Tipo de publicação	
48	Amore, A. (2022). Book review of Hudson, S. (2020). COVID-19 & Travel Impacts, Responses and Outcomes.
49	Bazilian, M.D. et al. (2020). Approaches for key sectors.
50	Chatib, M.C. et al. (2022). The Indonesian Economy in the time of COVID-19: Saving Lives and Livelihoods?
51	Cociug, V.; Mistrean, L. (2022). Macroprudential Policy Contribution to the Post-COVID-19 Pandemic Economic Recovery.
52	Cowan, D. et al. (2021). Pandemic Legalities: Legal Responses to COVID-19 - Justice and Social Responsibility.
53	Dileep, M.R.; Kurien, A. (2022). Air Transport and Tourism: Interrelationship, Operations and Strategies.
54	Elhini, M.M.; Kafafy, D. (2021). The economic impacts of COVID-19 on the tourism global value chain.
55	European Investment Bank (2021). Banking in Africa: supporting a sustainable and inclusive recovery.
56	Hudson, S. (2022). International Case Studies on Tourism Destination Management and COVID-19: Impacts and Responses.
57	Klinger, D.U. (2020). Government purchasing during Covid-19 and recessios: How expansionary legal policies can stimulate the economy.
58	Maya, H.; Bacil, F.; Soares, F.V. (2021). Next Practices—Innovations in the COVID-19 social protection responses and beyond.
59	Mekharat, N.; Traore, N. (2020). How the Tourism Sector in Emerging Markets is Recovering from COVID-19.
60	Monaco, S. (2021). Tourism, Safety and COVID-19: Security, Digitization and Tourist Behaviour.
61	Paxton, R.; Mikula, A.; Sullivan, G. (2020). Public Policy Guide for Economic Recovery from COVID-19 for Hospitality and Retail Businesses.
62	Rachmawati, E. (2024). Covid-19: Changes in tourist preference in Indonesia.
63	Sinclar-Maragh, G. (2024). COVID-19 and tourism: A look at the social implications.

(Continua)

Continuação da Tabela 4.1

Nº	Referência
Estudo descritivo ou teórico	
64	Al-Zoubi, W.K. (2023). Examining the Impact of Covid-19 Pandemic on Jordan's Tourism Industry: Income, Expenditures, and Revenues.
65	Cheng, J. et al. (2021). Examine the nexus between covid-19 and tourism: evidence from Beijing.
66	Jay, P. (2022). The Peronist Paradigm: The Impact of Peronist Traditions on the Economic Recovery of Argentina in the Wake of COVID-19.
67	Jayawardena, C. (2022). What innovations would enable tourism in Sri Lanka to re-build?
68	Lustina, T.N. (2021). Impact of International Experience on the Regulation of Domestic Tourism in Russia.
69	Matviichuk, L. et al. (2021). Financial assurance aspects of the tourism sector development in Ukraine under current conditions.
70	McLean, E.G. (2022). Can Jamaica's cruise administrators re-strategize, strengthen inclusiveness, expand attractions and gather more revenue?
Idioma (documento não estava publicado em português, inglês ou espanhol)	
71	Anekpongpan, W. (2025). "Go to Travel" and the Japanese Government's Role In Restoring Japan's Tourism Sector during the COVID-19 pandemic.
72	Gultom, I.S. et al. (2022). Implementasi Program Indonesia Coral Reef Garden Bali (ICRG BALI).
73	Radić, N.; Radić, V.; Stevanović, M. (2021). Economic effects of the coronavirus pandemic on tourism and hospitality.
Publicação foi retratada.	
74	Hu, Z.; Zhu, S. (2023). Impact of the COVID-19 outbreak on China's tourism economy and green finance efficiency.
75	Wang, T. et al. (2022). Assessing the nexus between fiscal policy, COVID-19, and economic growth.
Não analisa o contexto internacional	
76	Holanda, F.S.R.; Azevedo, D.S.; Liberato, M.M. (2020). Impactos da pandemia da Covid-19 nos Empreendimentos Turísticos de Aracaju/Sergipe/Brasil.
Apenas menciona a Covid-19	
77	Cingano, F. et al. (2022). Making Subsidies Work: Rules vs. Discretion.
Foca apenas nos impactos da Covid-19 e/ou em medidas sanitárias	

(Continua)

Continuação da Tabela 4.1

Nº	Referência
78	Amin, S.B.; Taghizadeh-Hesary, F. (2023). Tourism, sustainability, and the economy in Bangladesh: The innovation connection amidst Covid-19.
79	Anggraini, M.; Srihastuti, I. (2022). Indonesia's Tourism Economic Recovery Strategy through Meta-Green Business Initiatives Post-Covid.
80	Apaza-Panca, C.M. et al. (2020). Rethinking Tourism Public Policies to mitigate the effects of Covid-19.
81	Aronica, M.; Pizzuto, P.; Sciortino, C. (2022). COVID-19 and tourism: What can we learn from the past?
82	Aursulesei, T. (2023). The effects of the COVID-19 pandemic on realconvergence of the European Monetary Union.
83	Baloch, Q.B. et al. (2022). Revitalization of tourism and hospitality sector: preempting pandemics through lessons learned.
84	Barrett, P.; Poot, J. (2023). Islands, remoteness and effective policy making: Aotearoa New Zealand during the COVID-19 pandemic.
85	Canwat, V. (2023). Political economy of COVID-19: windows of opportunities and contestations in East Africa.
86	Caruso, G. et al. (2021). From bad to worse: The economic impact of COVID-19 in developing countries. Evidence from Venezuela.
87	Chen, L.; Muñoz, K.E.; Aye, N. (2021). Systematic review of crisis reactions toward major disease outbreaks - application of the triple helix model in the context of tourism.
88	Chiawo, D. et al. (2023). Tourism Recovery and Sustainability Post Pandemic: An Integrated Approach for Kenya's Tourism Hotspots.
89	Chihwai, P. (2024). Exploring COVID-19 Tourism Recovery Strategies in East Africa.
90	Chitimira, H.; Animashaun, O. (2021). The Adequacy of Nigeria, South Africa and Other Sub-Saharan Countries' Response to the COVID-19 Pandemic and Unemployment.
91	Deb, S.K.; Nafi, S. (2020). Impact of COVID-19 Pandemic on Tourism: Perceptions from Bangladesh.
92	Doojav, G. (2021). Socio-economic recovery from the Covid-19 pandemic: Macroeconomic impacts and policy issues in Mongolia.
93	Eichenbaum, M.S.; Rebelo, S.; Trabandt, M. (2021). The Macroeconomics of Epidemics.

(Continua)

Continuação da Tabela 4.1

Nº	Referência
94	Fang, Y. et al. (2021). The immediate and subsequent effects of public health interventions for COVID-19 on the leisure and recreation industry.
95	Fernández, J.A.S.; Martínez, J.M.G.; Martín, J. M.M. (2022). An analysis of the competitiveness of the tourism industry in a context of economic recovery following the COVID19 pandemic.
96	Garcia-Perez-de-Lema, D.; Madrid-Guijarro, A; Durendez, A. (2022). Operating, financial and investment impacts of Covid-19 in SMEs: Public policy demands to sustainable recovery considering the econmica sector moderating effect.
97	Gong, H. et al. (2020). Regional Resilience in Times of a Pandemic Crisis: The Case of COVID-19 in China.
98	Hasan, R.; Velayutham, S.; Khan, A. F. (2021). Socially responsible investment (SRI) Sukuk as a financing alternative for post COVID-19 development project.
99	Hasayotin, K. et al. (2024). Empowerment of SMES and entrepreneurial ecosystems: A qualitative study on diversifying pattaya's economy.
100	He, Y. et al. (2023). Unleashing the link between the relaxation of the COVID-19 control policy and residents' mental health in China: the the mediating role of family tourism consumption.
101	Herrero, C.C. et al. (2022). Tourism under a life cycle thinking approach: A review of perspectives and new challenges for the tourism sectr in the last decades.
102	Horn, T.N. (2024). Tourism Reliance, Travel Restrictions, and Economic Recovery: Latin America During Covid.
103	Huang, B.; Ye, L.; Wu, J. (2023). Pandemic control vs. economic recovery: understanding the dynamics of work and production resumption policy in local China.
104	Ionescu, R. et al. (2022). Supporting the tourism management decisions under the pandemic's impact. A new working instrument.
105	IPC-IG (2020). Socio-economic impacts of COVID-19, policy responses and the missing middle in South Asia.
106	Jones, P.; Comfort, D. (2020). The COVID-19 crisis and sustainability in the hospitality industry.
107	Katiyar, R. et al. (2025). Strategic and Policy Responses to COVID-19 Recovery in Hospitality and Tourism Industry: Evidence from Emerging Economy.

(Continua)

Continuação da Tabela 4.1

Nº	Referência
108	Khotami, K. et al. (2023). Policy Development for handling COVID-19 from the Perspective of a Policy Narrative Framework.
109	Kim, S.; Koh, K.; Zhang, X. (2020). Short-Term Impact of COVID-19 on Consumption and Labor Market Outcomes: Evidence from Singapore.
110	Kimunio, I.; Maingi, S.W. (2023). A Markov regime-switching (MS) approach to modeling the effects of fiscal policies and COVID-19 pandemic on tourism destination competitiveness in Kenya.
111	Kour, P.; Jasrotia, A.; Gupta, S. (2021). COVID-19: a pandemic to tourism guest-host relationship in India.
112	Kumar, P.; Ekka, P.(2024). Statistical analysis of the impacts of COVID-19 pandemic on the small and large-scale tourism sector.
113	Ligo, A.K. et al. (2021). Relationship among state reopening policies, health outcomes and economic recovery through first wave of the COVID-19 pandemic in the U.S.
114	Liu, J. et a. (2024). Urban resilience in face of the pandemic - Tracing changes in public events before.
115	Martynets, V.; Opanasiuk, Y.; Matvieieva, Y. (2022). How the Covid-19 Pandemic Affects Sustainable Development: The Impact on the Social, Economic and Energy Parameters of Sustainable Development.
116	Mbatha, F.L. (2022). Tour guides recovery and survival in relation to the COVID-19 crisis.
117	Millaku, B. et al. (2021). CHALLENGES OF RECOVERY IN THE TOURISM SECTOR AFTER COVID-19.
118	Mursalina, M.; Masbar, R.; Suriani, S. (2022). Impact of covid-19 pandemic on economic growth of the tourism sector in Indonesia.
119	Nemec, J.; Špaček, D. (2020). The Covid-19 pandemic and local government finance: Czechia and Slovakia.
120	Nosheen, F. et al. (2021). The Covid-19 outbreak, a Failure of Social Protection System: A Policy Perspective of Energy and Economic Recovery.
121	Nunkoo, R. et al. (2022). Does domestic tourism influence COVID-19 cases and deaths?
122	Panait, N.G.; Panait, C.A. (2020). The Evolution of Public Debt of Romania in the Context of the Covid-19 Crisis.

(Continua)

Continuação da Tabela 4.1

Nº	Referência
123	Pedersen, D.J. (2022). Pandemic in Paradise: A Critical Political Economy Analysis of CrisisManagement in Bali’s Tourism SectorManagement in Bali’s Tourism Sector.
124	Ren, M. et al. (2022). Impact of the COVID-19 pandemic on travel behavior: A case study of domestic inbound travelers in Jeju, Korea.
125	Rianty, R. et al. (2024). Charting a strategic model for post-Covid-19 tourism destination development: insights from Riau Islands’ top foreign-tourist cities, Indonesia.
126	Royo, S. (2020). Responding to COVID-19: The Case of Spain.
127	Ruan, W. et al. (2022). Restoration path of small tourism enterprise managers’ confidence in the COVID-19 period.
128	Sanabria-Díaz, J.M.; Aguiar-Quintana, T.; Araujo-Cabrera, Y. (2021). Public strategies to rescue the hospitality industry following the impact of COVID-19: A case study of the European Union.
129	Shang, Y. et al. (2023). COVID-19 and its impact on tourism sectors: implications for green economic recovery.
130	Sharma, A.; Hasti, C. (2023). Marketing sustainable tourism and its policies through community engagement- An Indian context.
131	Sharma, A.; Nicolau, J. L. (2020). An open market valuation of the effects of COVID-19 on the travel and tourism industry.
132	Sheresheva, M.Y. (2020). Coronavirus and tourism.
133	Shodrokov, X.; Robiani, B.; Yulianita, A. (2025). Impact of Covid-19 pandemic and macroeconomics on long-term government bond yields interest rate in emergency markets.
134	Solazzo, G. et al. (2022). How to exploit Big Social Data in the Covid-19 pandemic: the case of the Italian tourism industry.
135	Sucheran, R. (2022). The COVID-19 pandemic and guesthouses in South Africa: Economic impacts and recovery measures.
136	Sudsawasd, S. et al. (2023). Modelling the overall impacts of COVID-19 on the Thai economy.
137	Syafitri, F.; Parianom, R.; Desmintari, D. (2023). Post Pandemic in Indonesia: Economic Development Challenges and Policy Recommendations for Indonesia.
138	Tekgüç, H.; Ünsal, E.B.; Yeldan, E. (2023). Poverty and income distribution incidence of the COVID-19 outbreak.

(Continua)

Continuação da Tabela 4.1

Nº	Referência
139	Tribe, J.; Paddison, B. (2023). Critical tourism strategy.
140	Tsui, K.W.H. et al. (2021). Analyzing Hong Kong's inbound tourism: The impact of the COVID-19 pandemic.
141	Uddin, K.F. (2021). COVID-19 Pandemic Is About More than Health: A State of Governance Challenges in Bangladesh.
142	Vasiljeva, M. et al. (2020). A Predictive Model for Assessing the Impact of the COVID-19 Pandemic on the Economies of Some Eastern European Countries.
143	Villegas, P.; Delgado, M.D.; Cardenete, M.A. (2022). The economic impact of a tourist tax in Andalusia examined through a price effect model.
144	Wang, Y. et al. (2022). Role of Fiscal and Monetary Policies for Economic Recovery in China.
145	Wisnumurti, A.A.G.O. (2023). Tourism recovery policy post corona virus disease outbreak 2019 (COVID-19) in Bali Province.
146	Wu, T.P. et al. (2022). Causality Between Tourism And Economic Development: The Quantile-On-Quantile Analysis Of Eight Central Provinces in China.
147	Yamaka, W. et al. (2023). Survival and Duration Analysis of MSMEs in Chiang Mai, Thailand: Evidence from the Post-COVID-19 Recovery.
148	Yasser, K.A.; Syarifuddin, S. (2023). Analysis of the tourism sector development strategy during the Covid 19 pandemic in the city of Sabang.
149	Zhang, Y.; Fu, X.; Yin, Y. (2024). Easing of travel restrictions: Examining increased intention toward proximity tourism through quasi-experiments.
Os resultados das ações governamentais foram analisados apenas em conjunto com outros tipos de ações	
150	Gomes, L.S. et al. (2023). Using MCDA to assist an Intermunicipal community develop a resilience strategy in face of the pandemic caused by the SARS-CoV-2.
151	Potjanajaruwit, P. (2022). The new normal lifestyle technology development for tourism entrepreneurs of samut songkhram province to resolve the Covid19 crisis in the short and long term in Thailand.
Análise focada em dados anteriores à pandemia	
152	Ruggieri, G.; Platania, M.; Zarb, J. (2022). Island Development Model Specialisation.
153	Trenti, F. et al. (2021). Impact of the Covid-19 pandemic on Brazilian tourism: Public policies, coordination and government functions.

(Continua)

Continuação da Tabela 4.1

Nº	Referência
Menciona ações governamentais, mas não analisa seus resultados	
154	Al-Hasni, H.M.S. (2021). The Economic Impact of COVID-19 on the Omani Tourism Sector.
155	Apriyanti, M.E. (2023). Government strategy to recover the tourism sector affected by the COVID-19 pandemic.
156	Azmil, I.F.; Listanto, V. (2023). Best practice of village management policy during the covid-19 pandemic.
157	Bader, M. et al. (2024). Crisis management as a driver of sustainable tourism in Jordan evaluating performance of jordanian tourism public policies during crisis before and after Covid-19.
158	Baihaqi, M. et al. (2023). Earthquake, COVID, and the Economic Survival: How Tourism Entrepreneurs in Lombok Survived During the Double Disaster.
159	Barkas, P.; Honeck, D.; Colomer, E.R. (2020). International trade in travel and tourism services: Economic impact and policy responses during the COVID-19 crisis.
160	Becken, S.; Loehr, J. (2023). Asia–Pacific tourism futures emerging from COVID-19 recovery responses and implications for sustainability.
161	Bilo, C. et al. (2021). What’s next for social protection in light of COVID-19: country responses.
162	Cardoso, D. et al. (2023). Digital Communication and the Crisis Management in Hotel Management: A Perspective in the Euroregion North of Portugal and Galicia (ERNPG).
163	Chang, S.E. et al. (2022). Business recovery from disasters: Lessons from natural hazards and the COVID-19 pandemic.
164	Crespo, C. et al. (2023). Determinants and COVID-19 effects on RevPAR: The case of Europe.
165	Dong, Y.; Jin, Y.; Anwar Kamal, K. (2023). The Impact of Perceived Quality of Government Subsidies on Residents’ Travel Intention Post-COVID in Wuhan, China.
166	Gani, A.; Rasul, T. (2023). A Comparative Assessment of Tourism Industry Outcomes in Australia and New Zealand During COVID-19 Pandemic.
167	Haq, F.; Yasin, N.; Nair, G. (2023). Envisioning the Future of Heritage Tourism in the Creative Industries in Dubai: An Exploratory Study of Post COVID-19 Strategies for Sustainable Recovery.

(Continua)

Continuação da Tabela 4.1

Nº	Referência
168	Hartmann, L. et al. (2025). A conceptual framework for a post-COVID-19 green recovery of the Blue Economy.
169	Heald, D.; Hodges, R. (2020). The accounting, budgeting and fiscal impact of COVID-19 on the United Kingdom.
170	Kurniawan, C. et al. (2022). Economic Recovery for Tourism Sector Based on Social Media Data Mining.
171	Kusumaningrum, D.N.; Prasetya, D.M.; Wibowo, N.F. (2024). Unveiling Creative Economy Resilience in Indonesia amidst the Global Pandemic: A Media Analysis.
172	Kusumawardani, L.H. et al. (2024). Understanding Fine-Grained Sentiments of Super-Priority Destination Visitors using Multi-task Learning for Extraction of Aspect Terms and Polarity Classification on Reviews.
173	Lathifaturahmah, L. et al. (2024). A Qualitative Dynamic System Approach Post Covid-19 Recovering Strategy on the MSME and Tourism Sector of Cirebon, West Java.
174	Li, Z. et al. (2022). Tourists' Health Risk Threats Amid COVID-19 Era: Role of Technology Innovation, Transformation, and Recovery Implications for Sustainable Tourism.
175	Lu, X. (2022). The Challenges and Development Opportunities for Chinese SMEs During the Pandemic.
176	Ma, L. et al. (2023). Can Stringent Government Initiatives Lead to Global Economic Recovery Rapidly during the COVID-19 Epidemic?
177	Mikulić, D.; Keček, D.; Lovrinčević, Z. (2020). Examining the impact of covid-19 pandemic on tourism sector using input-output analysis: The case of Croatia.
178	Minto-Coy, I. et al. (2022). Sustainable Futures for Jamaica: Policies and Actions for Socioeconomic Recovery Post-COVID-19.
179	Mugizi, F.; Ayorekire, J.; Obua, J. (2021). Uganda Tourism Sector COVID-19 Response, Recovery and Sustainability Strategies.
180	Ozili, P.K. (2021). COVID-19 pandemic and economic crisis: the Nigerian experience and structural causes.
181	Pedersen, D.; Engel, S.; Sheridan, L. (2024). The Impact of Neoliberalism on Crisis Management in Bali's Tourism Sector.
182	Perilla, L.N.; Grande, E.U.; Montero, E.I. (2022). Economic and Organizational Impact of COVID-19 on Colombia's Tourism Sector.

(Continua)

Continuação da Tabela 4.1

Nº	Referência
183	Posumah, R.Y.; Prasetyanti, R.; Gati, R.A. (2023). Through local wisdom: A policy road for Bali's post pandemic economic recovery.
184	Purwaningwulan, M.M.; Ramdan, T.D. (2022). Digital promotion of local tourist destinations in the new normal era and its effect on the economy in Indonesia.
185	Rimbano, D. et al. (2023). The application of POAC management in the tourism sector in post-pandemic economic recovery based on e-commerce.
186	Rogerson, C.M.; Rogerson, J.M. (2020). COVID-19 Tourism impacts in South Africa: Government and industry responses.
187	Roshisham, Q.A.B.; Ahmad, S.Y. (2021). An Overview of Pandemic Covid-19 and The Repercussion to The Tourism Industries.
188	Seeruttun, O. (2020). An Academic Informative Illustration for Simple and Easy Understanding the Interaction Between the Fiscal and Monetary Policy Through Visual Diagrams.
189	Sengupta, S.; Dhir, S. (2023). Understanding the dynamics of entrepreneurial implementation during the COVID-19 pandemic.
190	Supriadi, A. et al. (2024). Economic recovery of cultural tourism village communities affected by Covid-19 using the SDGS program.
191	Surya, B. et al. (2022). Travel-Business Stagnation and SME Business Turbulence in the Tourism Sector in the Era of the COVID19 Pandemic.
192	Tascón, M.T.; Castro, P.; Valduncie, L. (2024). Effects of financial restrictions on firms' financial resilience against the COVID-19 pandemic: evidence from the European hospitality industry.
193	Van Tam, N. (2022). Towards achieving “two parallel objectives” during the Covid-19 pandemic in Vietnam: A response strategies analysis.
194	Waller, G.; Abbasian, S. (2022). An assessment of crisis management techniques in hotels in London and Stockholm as response to Covid-19's economic impact.
195	Williams, C. (2022). Policy responses to the COVID-19 pandemic and governance implications on the domestic tourism sector in South Africa.
196	Wu-Chung, L. et al. (2023). Assessment of Vietnam tourism recovery strategies after COVID-19 using multi-criteria decision-making approach.
197	Yu, Y. et al. (2024). 4-Years into the Pandemic Impacts: A Holistic Reflection and Educational Lessons Learnt in the Tourism and Agriculture Sectors.

(Continua)

Continuação da Tabela 4.1

Nº	Referência
198	Zhang, P. et al. (2024). Synergistic relationship or not? Understanding the resilience and efficiency of the tourism economy: evidence from Hainan Province, China.
199	Zvonimir, K. (2024). Cultural tourism as the road to economic resilience: a spatial-econometric analysis of South-European regions.
Não analisa resultados de ações governamentais voltadas aos setores de interesse	
200	Adnan, R.S. et al. (2023). Institutional Reconstruction of Promoting and Maintaining the Level of Compliance with Health Protocols in Indonesia during the Pandemic.
201	Androniceanu, A. (2020). Major structural changes in the eu policies due to the problems and risks caused by covid-19.
202	Ashirbekova, L. et al. (2023). Managing the pandemic crisis: population-based survey to assess state support measures.
203	Cowell, M.; Haskins, C.; Sayed, S. (2023). Understanding Economic Development Organization Efforts to Advance Inclusive Economic Recovery.
204	Croteau, M. et al. (2021). The lost generation of entrepreneurs? The impact of COVID-19 on the availability of risk capital in Canada.
205	Dongyang, Z. (2021). Does a Green-Designed Fiscal Policy Optimal Firm Innovation Scheme on Volatility?
206	Dorosh, P. (2023). COVID-19 and the economic recovery in South Asia: Economywide modeling scenarios for Bangladesh and Nepal.
207	Embrett, M. et al. (2021). A Rapid Scoping Review.
208	Fedorova, E.; Chertsov, P.; Kuzmina, A. (2023). COVID-19: the impact of the pandemic fear on IPO underpricing.
209	Hipsher, S.A. (2021). The role of trade narratives in poverty reduction after the COVID-19 crisis.
210	Ispriyarso, B.; Wibawa, K.C.S. (2023). Reconstruction of the national economy post-covid-19 pandemic: Critical study of tax reforms in Indonesia.
211	Jiang, D. et al. (2022). Do governmental policy interventions help urban economic recovery? Experimental evidence from China's provinces governance amid the COVI-19 pademic.
212	Kammoun, S.; Youssra, B. R. (2024). Impact of government responses to COVID-19 on the resilience of FDI attractiveness factors in the Asian region.
213	Khambule, I. (2021). COVID-19 and the Counter-cyclical Role of the State in South Africa.

(Continua)

Continuação da Tabela 4.1

Nº	Referência
214	Kushnir, A. (2022). Transport policy in the grip of a moral dilemma: a post-COVID reopening of the Russian borders.
215	Li, Y. et al. (2022). The Economic Recovery from Traffic Restriction Policies during the COVID19 through the Perspective of Regional Differences and Sustainable Development Based on Human Mobility Data in China.
216	Mancini, C. (2020). Explorative analysis of European economic post-Covid-19 crisis recovery strategy through the lenses of the nem-developmental paradigm.
217	Markhof, Y. (2020). Pakistan's social protection response to the COVID-19 pandemic: the adequacy of Ehsaas emergency cash and the road ahead.
218	Mawani, F.N. et al. (2021). A Rapid Scoping Review.
219	Mensah, B. (2023). Cushioning the Impact of COVID-19 on Livelihoods: Africa's Socio-Economic Policies so far.
220	Naiborhu, E.D.; Ulfa, D. (2023). The lending implication of a funding for lending scheme policy during COVID-19 pandemic: The case of Indonesia Banks.
221	Nursjanti, F. et al. (2021). Covid-19 in Indonesia: socio-economic impact and policy response.
222	Onyango, G. (2024). The Post-COVID-19 Economic Recovery, Government Performance and Lived Poverty Conditions in Kenya.
223	Okafor, L.E.; Khalid, U.; Burzynska, K. (2021). Does the level of a country's resilience moderate the link between the tourism industry and the economic policy response to the COVID-19 pandemic?
224	Prabheesh, K.P.; Padhan, R.; Bhat, J.A. (2024). Do financial markets react to emerging economies' asset purchase program?
225	Prasetyo, Y.E.; Surtiari, G.A.K.; Nawawi (2023). Unlocking the interaction of social restriction and social protection in Indonesia's COVID-19 policy: future risk and adaptation.
226	Rathnayaka, I. et al. (2023). The economics of COVID-19: a systematic literature review.
227	Rathnayaka, I. et al. (2023). The efficacy of government strategies to control the COVID-19 pandemic.
228	Romer, C.D. (2021). The Fiscal Policy Response to the Pandemic.
229	Sadler, A. et al. (2024). The impact of COVID-19 fiscal spending on climate change adaptation and resilience.

(Continua)

Continuação da Tabela 4.1

Nº	Referência
230	Supari, S.; Anton, H. (2022). The Impact of the National Economic Recovery Program and Digitalization on MSME Resilience during the COVID-19 Pandemic: A Case Study of Bank Rakyat Indonesia.
231	Vilko, J.; Hallikas, J. (2024). Impact of COVID-19 on logistics sector companies.
232	Wunder, S. et al. (2021). Coronavirus, macroeconomy, and forests: What likely impacts?
233	Yosif, N. (2022). Differences in Objectives and Outcomes of Countries' Economic Responses to the COVID-19 Recession.
234	Zhang, D. (2021). Fiscal policy benefits and green recovery of firms: an experimental exploration of Chinese listed firms in post-Covid-19.
Foco em turismo sustentável	
235	Kibtiah, T.M.; Assgaf, S.N.Z. (2024). Recovery of the ASEAN Economy through a Sustainable Tourism Sector in the Post-COVID-19.
Não analisa resultados de ações implementadas de fato e/ou apenas dá recomendações	
236	Ascarya, A. (2022). The role of Islamic social finance during Covid-19 pandemic in Indonesia's economic recovery.
237	Bidhu, M.K.S. et al. (2022). The recovery of the tourism industry in Bali province through the Penta-Helix Collaboration Strategy in the new normal era.
238	Bishop, D.; Pareja-Eastaway, M.; Solsona, M.S. (2023). The end of “business as usual”? Reimagining barcelona tourism after COVID-19.
239	Cepni, O.; Dogru, T.; Ozdemir, O. (2023). The contagion effect of COVID-19-induced uncertainty on US tourism sector.
240	Dayour, F. et al. (2020). Managing the COVID-19 crisis: coping and post-recovery strategies for hospitality and tourism businesses in Ghana.
241	Fresnoza, E.P.; Balcombe, D.; Choo, L. (2024). Social justice in tourism recovery: examining equity, diversity, and inclusion in Canadian tourism restart policies.
242	Ha, K.; Ahn, J. (2024). Tourism promotion during emergency response to Omicron subvariant outbreak.
243	Kartiko, N.D. (2022). Developing a Comprehensive Public Policy Strategy for The Tourism Sector.
244	Li Muli, C. (2022). The effects of the pandemic crisis on tourism.

(Continua)

Continuação da Tabela 4.1

Nº	Referência
245	Li, C. et al. (2023). Responses to the COVID-19 pandemic have impeded progress towards the Sustainable Development Goals.
246	Lian, J. (2024). Impact of the COVID-19 on the Catering and Tourism Industries: A Dynamic Perspective.
247	Narmadha, V.; Anuradha, A. (2021). Socioeconomic, cultural and environmental impact of Covid-19 on tourism in India.
248	Nguyen, T.T. et al. (2025). The impact of Covid-19 and governance policy responses to the business performance: Evidence of an emerging market.
249	Oskam, J.; Davis, T. (2023). The Covid-pandemic has ended. Again.
250	Pangkey, V.L.; Rahayu, N. (2022). The Impact of Hotel Tax Revenue in the COVID-19 Era as an Increase in Regional Original Income in Indonesia.
251	Quang, T.D. et al. (2022). Is Vietnam ready to welcome tourists back? Assessing COVID-19's economic impact and the Vietnamese tourism industry's response to the pandemic.
252	Raihan, S. et al. (2020). The Pandemic and Economic Fallout in South Asia: Challenges and the Way Forward.
253	Roy, D. (2021). The revival of the tourism industry from the Covid-19 pandemic disaster.
254	Seyitoğlu, F.; Costa, C.; Malta, A.M. (2022). Dimensions of (post-) viral tourism revival: actions and strategies from the perspectives of policymakers in Portugal.
255	Song, Y. et al. (2023). Financial impact of cost of capital on tourism-based SMEs in COVID-19: implications for tourism disruption mitigation.
256	Taskforce, T.R. (2020). Tourism Recovery Plan 2020-2023.
257	Vig, S.; Agarwal, R.N. (2021). Repercussions of COVID-19 on small restaurant entrepreneurs: The Indian context.
258	Wongmonta, S. (2021). Post-COVID 19 tourism recovery and resilience: Thailand context.
259	Yaacob, H. et al. (2021). Resilience of Bruneian economy amidst Covid-19 based on the United Nations Disaster Risk Reduction (UNDRR) framework.
Apenas simulações, projeções e/ou modelos não aplicados, sem análise de dados reais	
260	Bailey, D. et al. (2021). Regions in COVID-19 recovery.
261	Battaglia, F. et al. (2025). How the COVID-19 pandemic changed Italians' financial risk tolerance.

(Continua)

Continuação da Tabela 4.1

Nº	Referência
262	Boscá, J.E. (2021). The stabilizing effects of economic policies in Spain in times of COVID-19.
263	Chang, D.S.; Wu, W. (2021). Impact of the COVID-19 Pandemic on the Tourism Industry: Applying TRIZ and DEMATEL to Construct a Decision-Making Model.
264	Dewi, I.J.; Ginting, G. (2022). Leadership and entrepreneurship for creativity and survival of tourism villages in the Covid-19 times: The moderating role of external support.
265	Firdausy, C.M.; Buhaerah, P. (2025). Building back better tourism sector post-COVID-19 pandemic in Indonesia.
266	Fusté-Forné, F., Hussain, A. (2022). Regenerative tourism futures: a case study of Aotearoa New Zealand.
267	Gintciak, A.M. (2022). High-level simulation model of tourism industry dynamics.
268	Godovykh, M. et al. (2021). COVID-19 and Tourism: Analyzing the Effects of COVID-19 Statistics and Media Coverage on Attitudes toward Tourism.
269	Hanson, S. et al. (2020). Business Credit Programs in the Pandemic Era.
270	Jones, P. (2022). A Review of the UK's Tourism Recovery Plans Post COVID-19.
271	Lai, W.W. et al. (2024). Evaluating Taiwan's economic and labour market recovery strategies against COVID-19.
272	Lim, J. (2020). The economic impact of COVID-19: Rebuilding the Las Vegas economy.
273	Nair, A.J., Manohar, S., Mittal, A. (2024). Reconfiguration and transformation for resilience: building service organizations towards sustainability.
274	Nechifor, V. et al.(2020). COVID-19 impacts and short-term economic recovery in Kenya.
275	Neneng, S.; Sui, J.M. (2022). The Impact Covid-19 Outbreak, Green Finance, Creativity and Sustainable Economic Development on the Economic Recovery in G20 Countries.
276	Nguyen, H.H.; Ngo, V.M.; Nguyen, U.H.D. (2024). Public health and economic outcomes tradeoffs during the COVID-19 pandemic: political perspectives.
277	Nyikana, S.; Bama, Hilary K.N. (2023). Domestic tourism as a recovery strategy in the face of COVID-19: Insights from South Africa.

(Continua)

Continuação da Tabela 4.1

Nº	Referência
278	OECD (2020). Rebuilding tourism for the future: COVID-19 policy responses and recovery.
279	Petighin, S. (2024). Pandemic-resilient investment policies: lessons learned from the COVID-19 crisis.
280	Prasetyo, A.R. et al. (2024). Big Data Analytics for Forecasting Tourism Recovery in Bali Island Using Multivariate Time Series.
281	Ramlall, I. (2024). Modeling the impact of COVID-19 on the tourism sector in Mauritius: A dynamic stochastic general equilibrium analysis.
282	Rianda, F., Usman, H. (2023). Forecasting tourism demand during the Covid-19 pandemic: Arimax and intervention modelling approaches.
283	Robina-Ramírez, R. et al. (2021). Tourism governance during the COVID-19 pandemic crisis.
284	Rocca, L.H.D.; Zielinski, S. (2022). Community-based tourism, social capital, and governance of post-conflict rural tourism destinations.
285	Saif-Alyousfi, A.Y.H.; Saha, A. (2021). Do tourism receipts affect bank profitability? Analytical evidence from 85 tourism economies.
286	Steriopoulos, E.; Wrathall, J. (2021). Re-imagining and transforming events: Insights from the Australian events industry.
287	Szromek, A.R. (2021). The Role of Health Resort Enterprises in Health Prevention during the Epidemic Crisis Caused by COVID-19.
288	Vermeulen-Miltz, E. et al. (2022). Exploring the Impacts of COVID-19 on Coastal Tourism to Inform Recovery Strategies in Nelson Mandela Bay, South Africa.
289	Wang, F. et al. (2022). The Effects of Investment in Major Construction Projects on Regional Economic Growth Quality: A Difference-in-Differences Analysis Based on PPP Policy.
290	Yan, H.; Wei, H.; Wei, M. (2021). Exploring tourism recovery in the post-covid-19 period: An evolutionary game theory approach.
291	Yeh, C.H.; Liou, J. (2024). The economic analysis of impact and policy response of COVID-19 on tourism industry in Taiwan.
292	Zhang, Y. et al. (2022). The perceived effectiveness and hidden inequity of postpandemic fiscal stimuli.
293	Zhao, X. et al. (2023). How digitalization promotes the sustainable integration of culture and tourism for economic recovery.
Foco em ações do setor privado, sem analisar resultados de ações governamentais	

(Continua)

Continuação da Tabela 4.1

Nº	Referência
294	Bhattacharyya, S.S.; Thakre, S. (2020). Coronavirus pandemic and economic lockdown; study of strategic initiatives and tactical responses of firms.
295	Duong, L.H. (2022). Understanding Tourists' Behavioral Intention and Destination Support in Post-pandemic Recovery: The Case of the Vietnamese Domestic Market.
296	Huang, X. (2022). Business Ethics and Irrationality in SME During COVID-19: Does It Impact on Sustainable Business Resilience?
297	Komodromos, M. et al. (2022). Applied strategic management by managers in the hotel and tourism industry in Cyprus and Greece during the COVID-19 pandemic.
298	Le, L.H.V. et al. (2023). Different firm responses to the COVID-19 pandemic shocks: machine-learning evidence on the Vietnamese labor market.
299	Pedroni, F. (2023). Firm informality during the COVID-19 crisis in Argentina: perception of commercial entrepreneurs and public accountants.
300	Postova, V. (2023). Application of innovative methods of managing the labor potential in the hotel and restaurant business establishments.
301	Sajwani, B.; Al-Shboul, M.; Maghyereh, A. (2024). Do board characteristics affect financial sustainability? The COVID-19 pandemic experience.
302	Shukla, B. et al. (2022). Leadership challenges for Indian hospitality industry during COVID-19 pandemic.
303	Wen, J. (2022). Traditional Chinese medicine as a tourism recovery drawcard to boost China's inbound tourism after COVID-19.
304	Yacoub, L.; ElHajjar, S. (2021). How do hotels in developing countries manage the impact of COVID-19? The case of Lebanese hotels.
Não analisa ações governamentais de recuperação econômica voltadas a pessoas jurídicas	
305	Ahmed, A. et al. (2022). Private transfers, public transfers, and food insecurity during the time of COVID-19: Evidence from Bangladesh.
306	Chen, T. et al. (2020). A policy category analysis model for tourism promotion in China during the covid-19 pandemic based on data mining and binary regression.
307	Demirgüç-Kunt, A. et al. (2021). Opening-up trajectories and economic recovery: Lessons after the first wave of the COVID-19 pandemic.
308	Funashima, Y.; Hiraga, K. Where to go: The Japanese government's travel subsidy during COVID-19. SSRN, 2022.

(Continua)

Continuação da Tabela 4.1

Nº	Referência
309	Ichsan, B. et al. (2024). Digital transformation of E-Visa on arrival to support the recovery of the tourism sector in Bali province.
310	Im, S.; Ford, M. (2024). Balancing policy objectives: Cambodia's COVID-19 emergency cash assistance scheme for workers.
311	Junior, P.H.B.C.; Soares, F.V. (2021). Wealth tax: perspectives in a post-pandemic world.
312	Nicolae, S. et al. (2023). Financial Data as a Mirror of an Economic Story.
313	Orjiakor, E.C. (2024). Nurturing Food Security for All: Assessing the Impact of COVID-19 Social Protection Responses Among Vulnerable Population Groups in Nigeria.
314	Pop, A. et al. (2024). Glamping tourism as a sustainable response to the need to reinvigorate domestic tourism.
315	Purwaningsih, M. (2021). Harnessing e-collaboration for rural tourism recovery after covid-19: Dual analysis using swot and porter's diamond model.
316	Santiago, A.M.; Aarland, K. (2023). Evidence from Norway's Public Starter Mortgage Program.
317	Siagian, R.A.; Ni, W.N.; Thyophoida, W.S.P. (2023). Willingness to pay for tourists tax in premium destinations: Labuan Bajo case study.
318	Vašaničová, P.; Bartók, K. (2024). Exploring the Nexus between Employment and Economic Contribution: A Study of the Travel and Tourism Industri in the Context of COVID-19.



EXX

enap